

ANA KAROLINA DE MESQUITA HIROSE

O TURISMO E O ACESSO À TERCEIRA IDADE: UM ESTUDO DE CASO NO
PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA, EM PONTA GROSSA - PR

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como nota parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Turismo na Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Graziela Scalise
Horodyski

PONTA GROSSA
2008

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso àqueles que ao longo de suas vidas abriram mão de sonhos em benefício de suas famílias e que nesta nova fase buscam seu espaço no turismo, esperando deste setor, a liberdade adormecida dentro de si.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso:

A Deus

A minha família

A Profª Grazi

Ao Prof. Nei

Ao Sr. José

A Profª Márcia

Ao prof. Maio

Ao Cristovam

A Profª Ana Paula

A equipe do Museu Campos Gerais

A Pastoral da Visitação (Igreja do Rosário)

As minhas entrevistadas Rita de Cássia, Cris, D. Lina e Dulce

As minhas voluntárias do pré-teste D. Rosália, Dirlei e D. Nilda

Aos estagiários, voluntários e funcionários do Parque Estadual de Vila Velha.

Aos meus amigos, em especial Patty, Elisa, Fabi, Bruna, Larissa, Angelita e Ana.

Envelhecer tem o extraordinário mérito de sintetizar todas as idades.

(Marcelo Antonio Salgado)

RESUMO

Com o crescente número de idosos no Brasil e no Mundo, resultante do aumento da expectativa de vida, da redução da taxa de fecundidade e da diminuição da taxa de mortalidade entre a terceira idade, o mercado deve estar preparado para satisfazer seus desejos e atender as suas necessidades. Uma das conseqüências dessa alteração demográfica é a procura cada vez maior dos idosos por grupos de terceira idade, os quais vem oferecendo atividades, como: esportes; aulas de língua estrangeira e de informática; dança, música e teatro; passeios e viagens, dentro outras. Essa mudança no comportamento do idoso faz com que sua disposição em investir seu tempo e dinheiro em atividades de lazer aumente e com isso o turismo comece a ganhar espaço na vida da atual terceira idade. O presente trabalho tem como objetivos abordar a busca do idoso pelo turismo, identificar as suas particulares características e a acessibilidade oferecida a esse segmento. Para essa pesquisa optou-se por um estudo de caso no Parque Estadual de Vila Velha com os turistas de terceira idade. Tal estudo resultou em dados referentes às melhorias que poderiam ser realizadas em sua estrutura física e em seu atendimento, a fim de oferecer uma visita facilmente realizável e prazerosa aos turistas de terceira idade que freqüentam o Parque. A análise dos questionários aplicados aos idosos que visitaram o Parque durante o período de pesquisa, mostrou que de maneira geral o turista de terceira idade encontra-se satisfeito com a comunicação visual, atendimento e estrutura física oferecidos.

Palavras-chave: Turismo, Acessibilidade, Turista de Terceira Idade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Pirâmide etária (1980)	20
FIGURA 2 - Pirâmide etária (2050)	21
GRÁFICO 1 – Faixa etária da amostra	79
GRÁFICO 2 – Leitura de placas e painéis pela amostra	80
FIGURA 3 – Foto: Placa – Trilha dos Arenitos	81
QUADRO 1 – Sugestões quanto à leitura de placas e painéis	81
FIGURA 4 – Foto: Placa - Trilha dos Arenitos.....	82
FIGURA 5 – Foto: Placas - Trilha dos Arenitos	82
GRÁFICO 3 – Atendimento à amostra	83
GRÁFICO 4 – Locomoção da amostra.....	84
QUADRO 2 – Sugestões quanto ao atendimento	84
QUADRO 3 – Sugestões quanto à locomoção	85
FIGURA 6 – Foto: Escada/Degraus – Trilha dos Arenitos	86
FIGURA 7 – Foto: Escada/Degraus – Trilha do Bosque	86
FIGURA 8 – Foto: Escada/Degraus - Ônibus.....	87
FIGURA 9 – Foto: Escada/Degraus – Trilha das Furnas	88
FIGURA 10 – Foto: Escada/Degraus – Trilha do Bosque	88
FIGURA 11 – Foto: Escada/Degraus – Trilha dos Arenitos	89

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Número médio anual de filhos por mulher, por ano, segundo Região – Brasil, 1991 – 2004	15
TABELA 2 – Anos de vida esperados, por ano, segundo Região – Brasil, 1991 – 2005 – ambos os sexos	17
TABELA 3 – Proporção de óbitos (%) por faixa etária segundo Região – Brasil, 1990 e 2004	18
TABELA 4 – Proporção de idosos (%), por ano, segundo Região – Brasil, 1991, 1996 – 2005 – ambos os sexos	19
TABELA 5 – Proporção de pessoas com incapacidades	57
TABELA 6 – Resumo de visitas no Parque Estadual de Vela Velha, 2008 (janeiro – 07 de outubro).....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – O IDOSO E O TURISMO NA TERCEIRA IDADE	
1.1 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	12
1.1.1 Taxa de fecundidade da mulher brasileira	14
1.1.2 Esperança de vida do brasileiro e taxa de mortalidade entre os idosos	16
1.1.3 O aumento do número de idosos no Brasil	18
1.2 O LAZER E O TURISMO PARA O IDOSO	23
1.2.1 O lazer na terceira idade	28
1.2.2 Turismo e terceira idade	31
CAPÍTULO 2 – O MERCADO TURÍSTICO PARA A TERCEIRA IDADE	
2.1 A SEGMENTAÇÃO DO MERCADO TURÍSTICO	36
2.1.1 Os efeitos da sazonalidade no turismo	39
2.1.2 O potencial econômico do turista de terceira idade	42
2.2 PARTICULARIDADES DO TURISTA DE TERCEIRA IDADE	48
2.2.1 Acessibilidade e inclusão	51
2.2.2 Desenho Universal	55
2.2.3 Leis e Normas de Acessibilidade	59
CAPÍTULO 3 – TURISMO EM ÁREAS NATURAIS	
3.1 O MERCADO DO ECOTURISMO	64
3.1.1 Unidades de Conservação	66
3.1.2 Parque Estadual Vila Velha	69
CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	
4.1 UNIVERSO DA PESQUISA	74
4.2 AMOSTRA	75
4.3 METODOLOGIA	76
4.4 RESULTADOS	79
4.4.1 Análise dos Resultados	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE A - Questionário Teste	101
APÊNDICE B - Questionário de coleta de dados	103

INTRODUÇÃO

O fato dos idosos estarem vivendo mais e conseqüentemente modificando o cenário demográfico no Brasil e no Mundo, é um fato possível de ser observado na atividade turística. São poucos os estudos sobre o crescimento da terceira idade e sua relação com o turismo, porém institutos de pesquisas, como o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, demonstram que essa mudança deverá influenciar diversos setores, dentre eles o turismo. Além de números, também se pode perceber que aos poucos a idéia que temos dos idosos, como frágeis, isolados e dependentes, vem sendo substituída por uma terceira idade que busca novamente seu espaço na sociedade, em todos os aspectos.

Esses idosos almejam, por meio do turismo conhecer lugares e pessoas diferentes, ou seja, ocupar o seu tempo livre com atividades prazerosas ao lado de companhias agradáveis. Esse fato exige do turismo um maior investimento voltado a esse segmento, no que se refere à estrutura física e ao seu atendimento (FROMER; VIEIRA, 2004). Essa necessidade do turismo oferecer produtos e serviços de qualidade aos idosos resultou na presente pesquisa.

O estudo teórico, relacionado ao crescente número de idosos no Brasil e suas conseqüências, ao turismo de terceira idade e à acessibilidade oferecida pelo turismo, foi realizado por meio de material bibliográfico, sites e entrevistas. Tal estudo foi fundamental para o conhecimento do idoso e indispensável para a realização da pesquisa de campo no Parque Estadual de Vila Velha, unidade de conservação localizada no município de Ponta Grossa.

A idéia para a realização dessa pesquisa surgiu da observação de idosos que visitaram o Parque durante um período de estágio realizado pela autora no local. A partir dessa experiência, surgiu o questionamento se o Parque realmente encontrava-se acessível aos turistas de terceira idade, sendo essa a problemática da pesquisa.

A partir desse problema, pretendeu-se avaliar o grau de acessibilidade disponível aos turistas de terceira idade que visitam o Parque Estadual de Vila Velha, bem como as mudanças que poderiam ser feitas a fim de que estas viessem melhorar o acesso dos idosos nos ambientes do Parque.

Para que esses objetivos fossem alcançados, o presente trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos, cada um deles abordando assuntos relevantes para a compreensão do objeto de pesquisa, o turista de terceira idade. O primeiro capítulo é composto por dados relacionados ao aumento do número de idosos no Brasil e a sua influência na atividade turística. É realizada uma abordagem que vai desde a definição de idoso e os seus direitos garantidos pelo Estatuto do Idoso até a questão da melhoria da qualidade de vida proporcionada por meio da prática do lazer.

No capítulo 2, a terceira idade começa a ser analisada como um segmento de mercado turístico, sendo visto como possuidor de potencial econômico. São apresentados aspectos positivos ao se investir no turista de terceira idade, tratando-se de benefícios tanto para os empreendedores, quanto para os turistas de terceira idade. Também é nesse capítulo que são discutidas as particularidades do idoso, o qual possui características específicas da sua faixa etária que devem ser compreendidas por aqueles que trabalham ou pretendem trabalhar com esse

segmento. É nesse momento que se torna indispensável conhecer normas de acessibilidade que possibilitam a garantia de uma prática turística que se enquadre às necessidades dos idosos.

No capítulo 3 trata-se do turismo em áreas naturais, iniciando a abordagem pelo mercado ecoturístico. Por este possuir uma estreita relação com as unidades de conservação, devido aos seus princípios, definições e devidos esclarecimentos sobre estas unidades também foram realizadas. Ao final deste capítulo, encontram-se algumas informações a respeito do Parque Estadual de Vila Velha, tendo como objetivo começar a preparar o leitor ao assunto seguinte, que a é a pesquisa de campo no Parque.

No quarto e último capítulo, são apresentados o universo da pesquisa, a amostra selecionada, a metodologia estabelecida, os resultados dessa pesquisa e a sua análise. Para que essa pesquisa fosse facilmente compreendida, foram utilizados quadros, gráficos e fotos para ilustrar os seus resultados.

A relevância deste trabalho está presente na reduzida quantidade de materiais a respeito da acessibilidade no turismo aos turistas de terceira idade, pretendendo-se a partir desse estudo contribuir com futuras pesquisas relacionadas a esses assuntos e a possível melhoria da acessibilidade nos empreendimentos turísticos.

CAPÍTULO 1 O IDOSO E O TURISMO NA TERCEIRA IDADE

1.1 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

As mudanças sociais que ocorrem no mundo, tais como o envelhecimento da população e a alteração no comportamento dos idosos, exigem uma nova postura por parte daqueles que trabalham com o turismo, tendo estes que oferecer produtos turísticos¹ específicos, respeitando as peculiaridades desse segmento.

É sobre essa nova realidade demográfica, ou seja, o crescente número de idosos no mundo e seu comportamento diante dessa situação, que autores como Fromer e Vieira (2004), bem como Souza, Jacob Filho e Souza (2006) abordam temas como: conceituações e estatísticas referentes aos idosos, o lazer e o turismo para a terceira idade e as particularidades do turista idoso. Ambas as obras chegam a conclusão de que o número de idosos tende a aumentar e por isso o turismo deve se preparar para atender esse público que possui características específicas.

O envelhecimento populacional no Brasil começou a chamar a atenção do governo a partir da década de 80, acentuando-se nos anos 90, quando os dados relativos ao processo de transição demográfica mostraram-se realmente preocupantes, muito embora, a população brasileira venha envelhecendo, desde o início da década de 60 (CHAIMOWICZ, 1998 apud PORTELLA, 2002).

¹ Produto turístico é um conjunto de bens e serviços que objetivam satisfazer o cliente. É tangível (bens de consumo e industriais), pois se compõe de uma parte concreta (equipamentos hoteleiros e de restauração, meios de transportes), assim como intangível (prestação de serviços, um conjunto de ações que possibilita usufruir esses bens). Moraes in Ansarah, 2000, p.19

De acordo com a diretora executiva do Fundo de Populações das Nações Unidas -Thorava Ahmed Obaid (2006)², “as pessoas idosas são o grupo populacional que cresce mais rápido no mundo, sendo que os indivíduos que têm 60 anos ou mais constituem hoje 1 em cada 10 pessoas, proporção que deve subir para 1 em cada 5 pessoas até a metade do século”.

Ainda com relação ao crescente número de idosos, Alexandre Kalache, chefe do programa Global de Envelhecimento da OMS - Organização Mundial da Saúde, faz uma observação sobre essa situação no Brasil (2005).

O mais importante é que este envelhecimento é muito mais rápido do que o sucedido em países industrializados como a França, a Alemanha, o Canadá e o Japão. Nós estamos envelhecendo sem sermos ricos e os países desenvolvidos envelheceram depois de terem enriquecido. Este é o desafio, como preparar um país que ainda tem a atitude de ser jovem, mas já está envelhecendo e que em 19 anos terá dobrado a proporção de idosos de 7% para 14%, o que a França levou 115 anos para atingir. Em uma geração, estamos alcançando os parâmetros europeus sem, nem de longe, termos os recursos. Ainda tentamos importar os modelos de países desenvolvidos, como se eles fossem dar certo aqui” (http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=3315).

Na intenção de conhecer os motivos que levam autores e integrantes da ONU - Organização das Nações Unidas, a olharem a terceira idade como um mercado promissor, decidiu-se dar início à discussão referente ao idoso brasileiro, partindo dos dados divulgados pela RIPSAs - Rede Interagencial de Informações para a Saúde,³ atualizados em 2006, referentes ao aumento no número de idosos no Brasil.

² Informações contidas em: http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=4726

³A RIPSAs reúne instituições representativas dos segmentos técnico-científicos diretamente envolvidos na produção e análise de dados de interesse para a saúde no país. São essas instituições: Ministério da Saúde, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério de Previdência Social.

Como causas principais desse envelhecimento da população, pode-se citar a redução na taxa de fecundidade (número médio de filhos por mulher) e o aumento da esperança de vida (anos de vida esperados), que resulta em alterações na taxa de mortalidade (proporção de óbitos). Tais assuntos serão abordados a seguir, por meio de comparações entre épocas distintas e sendo destacados os dados referentes ao Brasil, bem como as suas regiões que possuem os maiores e menores índices.

1.1.1 Taxa de fecundidade da mulher brasileira

Partindo dos fatores que influenciam no processo de envelhecimento da população, a redução da taxa de fecundidade da mulher brasileira merece atenção. Tal redução resulta das alterações no comportamento da mulher que iniciaram em meados da década de 1960, quando passou por um intenso processo de urbanização. Na cidade a mulher teve acesso aos métodos contraceptivos e ao mercado de trabalho. Com o passar dos anos foram se dedicando cada vez mais ao trabalho, dispondo de menos tempo para os filhos (IBGE, 2004).

A proporção de idosos vem crescendo mais rapidamente que a proporção de crianças. Em 1980, existiam cerca de 16 idosos para cada 100 crianças; em 2000, essa relação praticamente dobrou, passando para quase 30 idosos por 100 crianças. A queda da taxa de fecundidade ainda é a principal responsável pela redução do número de crianças, mas a longevidade vem contribuindo progressivamente para o aumento de idosos na população. (IBGE, 2002)

Segundo a RIPS (2006), a taxa de fecundidade no Brasil em 1991 era de 2,73, diminuindo para 2,04 no ano de 2004 (ver tabela 1). A região com a menor taxa foi a região Sul com um índice de 1,78 no ano de 2004, estando

abaixo da média nacional. Já a região Norte, mesmo sofrendo uma redução de 1,46 dentre os anos de 1991 e 2004, continuou sendo a região possuidora da maior taxa de fecundidade (2,53).

A partir da Tabela 1 é possível acompanhar essa redução ocorrida em todas as regiões brasileiras dentre os anos de 1991 e 2004.

TABELA 1 - Número médio anual de filhos por mulher, por ano, segundo Região - Brasil, 1991 - 2004

Região Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
1991	2,73	3,99	3,38	2,28	2,45	2,60
1992	2,66	3,84	3,24	2,25	2,40	2,51
1993	2,60	3,70	3,11	2,22	2,36	2,44
1994	2,54	3,58	3,00	2,19	2,32	2,38
1995	2,49	3,47	2,90	2,17	2,28	2,33
1996	2,44	3,37	2,81	2,15	2,25	2,27
1997	2,40	3,28	2,72	2,13	2,21	2,23
1998	2,36	3,21	2,65	2,11	2,19	2,19
1999	2,33	3,14	2,59	2,10	2,16	2,15
2000	2,30	3,09	2,54	2,09	2,14	2,13
2001	2,18	2,98	2,40	1,98	1,90	2,00
2002	2,14	2,79	2,52	1,88	1,84	1,98
2003	2,06	2,64	2,43	1,83	1,75	1,93
2004	2,04	2,53	2,39	1,81	1,78	2,00

Fonte: Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSAs (2006), adaptada pela autora.

Com base na Tabela 1, verifica-se essa redução de filhos por mulher, o que acaba influenciando o direcionamento do setor de turismo. Por esse motivo, os profissionais do turismo devem estar atentos às prováveis mudanças que ocorrerão não apenas no setor da terceira idade, mas também com relação ao turismo infantil. A redução em sua procura, bem como a maior exigência por produtos e serviços turísticos de melhor qualidade e maior variedade podem ser algumas dessas modificações no cenário turístico.

1.1.2 Esperança de vida do brasileiro e taxa de mortalidade entre os idosos

Uma outra mudança que vem ocorrendo na população brasileira que pode ser apontada como uma das responsáveis pelo envelhecimento da população, é o aumento de sua esperança de vida (ver Tabela 2). No ano de 1991 o brasileiro possuía uma esperança de vida em até 66,93 anos. Pode-se dizer que o brasileiro dispunha de pouco tempo para desfrutar da chamada terceira idade (inicia-se a aos 60 anos), já que morria em média 7 anos após entrar nessa fase.

A realidade apresentada foi aos poucos se modificando e no ano de 2005 a esperança de vida atingiu os 72,05 anos, o que significa um acréscimo de em média 5 anos de vida. A região Nordeste foi a que apresentou a menor esperança de vida, sendo de 69 anos, em 2005. Já a região Sul possuía no mesmo ano o maior índice dentre as regiões brasileiras, com 74,17 anos.

A tabela apresentada a seguir mostra esse aumento da esperança de vida no Brasil e nas regiões brasileiras.

TABELA 2 - Anos de vida esperados, por ano, segundo Região - Brasil, 1991 – 2005 - ambos os sexos.

Região \ Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1991	66,93	66,92	62,83	68,83	70,40	68,55
1992	67,30	67,23	63,32	69,21	70,66	68,92
1993	67,70	67,54	63,81	69,57	70,93	69,30
1994	68,11	67,84	64,29	69,93	71,20	69,66
1995	68,50	68,13	64,77	70,29	71,47	70,03
1996	68,90	68,42	65,25	70,64	71,73	70,39
1997	69,29	68,71	65,73	70,98	71,99	70,74
1998	69,68	68,99	66,21	71,32	72,25	71,08
1999	70,06	69,27	66,68	71,66	72,50	71,43
2000	70,44	69,53	67,15	71,99	72,74	71,75
2001	70,77	69,84	67,52	72,29	73,05	72,06
2002	71,10	70,14	67,90	72,60	73,34	72,34
2003	71,42	70,44	68,27	72,90	73,62	72,63
2004	71,74	70,73	68,63	73,20	73,90	72,91
2005	72,05	71,02	69,00	73,49	74,17	73,19

Fonte: Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSAs (2006), adaptada pela autora.

Com relação ao número de centenários no Brasil, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002) fez a seguinte observação:

(...) segundo as projeções, o número de pessoas com 100 anos de idade ou mais aumentará 15 vezes, passando de 145.000 pessoas em 1999 para 2,2 milhões em 2050. Os centenários, no Brasil, somavam 13.865 em 1991, e já em 2000 chegam a 24.576 pessoas, ou seja, um aumento de 77%. São Paulo tem o maior número de pessoas com 100 anos ou mais (4.457), seguido pela Bahia (2.808), Minas Gerais (2.765) e Rio de Janeiro (2.029).

O fato das pessoas estarem vivendo por um tempo maior, muda os resultados da taxa de mortalidade. Mais especificamente dentre as pessoas idosas, termo estabelecido pela ONU - Organização das Nações Unidas (2000) para caracterizar as pessoas com 60 anos ou mais, pode-se observar uma redução dentre os primeiros anos da terceira idade, 60 a 64 anos (FROMER e

VIEIRA, 2003, p.18). Isso significa um aumento de óbitos dentre os idosos de 65 anos ou mais, já que passam a viver durante um tempo maior.

Essa comparação pode ser observada a partir da Tabela 3 que traz a mortalidade proporcional por idade, entre os idosos brasileiros.

TABELA 3 - Proporção de óbitos (%) por faixa etária segundo Região, 1990 e 2004

Região (Ano) Idade	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
60 a 64	7,47	7,36	5,15	6,42	5,87	6,64	8,09	7,57	8,51	7,99	7,17	7,84
65 a 69	8,17	8,77	5,72	7,15	6,86	7,70	8,61	9,15	9,48	9,80	7,42	8,82
70 a 74	8,90	9,87	6,11	7,96	8,15	8,70	9,09	10,34	10,42	11,20	7,80	9,15
75 a 79	9,24	10,54	6,89	7,99	9,38	9,84	9,16	11,11	10,37	11,36	7,70	8,99
80 e mais	15,97	22,09	12,02	16,48	18,40	24,41	15,44	22,11	16,45	22,20	11,62	17,10

Fonte: Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSAs (2006), adaptada pela autora.

Esses idosos, passando a ter um maior tempo de vida, são responsáveis pela gradativa mudança do perfil da população brasileira. O Brasil passa, cada vez mais, a possuir um maior número de idosos, fato que exige do turismo uma maior oferta de lazer direcionado a esse público. Tal assunto será discutido logo após a abordagem sobre o aumento do número de idosos no Brasil.

1.1.3 O aumento do número de idosos no Brasil

A partir da análise dos indicadores demográficos, ou seja, a taxa de fecundidade, a esperança de vida e a taxa de mortalidade chega-se finalmente aos dados que demonstram um envelhecimento da população, a partir do aumento do número de idosos.

Ainda de acordo com a RIPSA (2006), em 1991 os idosos representavam 7,3% da população brasileira (146 825 475), ou seja, foram contabilizados 10 722 705 idosos no Brasil, tendo a maior concentração nos grupos de sessenta a sessenta e quatro anos (3 636 858), 2,5% da população total. Quatorze anos depois, em 2005, houve um aumento nesse número, passando para 16 907 782 o que representava 9,18% da população total (184 184 264). O grupo de pessoas tendo idade de sessenta a sessenta e quatro anos continuou sendo o mais representativo, tendo um aumento de 0,3% com relação ao ano de 1991, sendo de 2,8% (5 216 408).

A região com o maior índice, nos dois períodos pesquisados, foi a sudeste, que em 2005 chegou a ter um percentual de 10,0%. Já o menor índice foi o da região Norte, sendo de 5,8 também no ano de 2005, estando abaixo da média nacional que era de 9,2.

A Tabela 4 apresentada a proporção de idosos (sessenta anos ou mais) na população brasileira.

TABELA 4 - Proporção de idosos (%), por ano, segundo Região-Brasil, 1991, 1996-2005 - ambos os sexos

Ano	Região	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1991		7,3	4,6	7,3	7,9	7,7	5,2
1996		7,9	5,0	7,8	8,6	8,4	5,9
1997		8,6	5,8	8,4	9,5	8,6	6,1
1998		8,8	6,0	8,5	9,6	9,0	6,5
1999		9,0	6,0	8,8	10,0	8,9	7,0
2000		8,6	5,5	8,4	9,3	9,2	6,6
2001		8,7	5,5	8,5	9,4	9,3	6,7
2002		8,8	5,6	8,6	9,5	9,4	6,8
2003		8,9	5,7	8,7	9,6	9,6	6,9
2004		9,1	5,8	8,9	9,9	9,8	7,2
2005		9,2	5,8	9,0	10,0	9,9	7,3

Fonte: Rede Interagencial de Informações para a Saúde - RIPSA (2006), adaptada pela autora.

A partir dos resultados do Censo Demográfico de 2000, das Estatísticas de Registros Vitais para os anos de 1999, 2000 e 2001 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2001, foram realizadas pelo IBGE, projeções com relação a população em nível nacional para o ano de 2050. Essa comparação entre as pirâmides etárias - gráficos que representam a população de acordo com as idades e sexos - de 1980 e 2050 demonstra o aumento gradativo do número de idosos no Brasil, o que se pode observar a seguir.

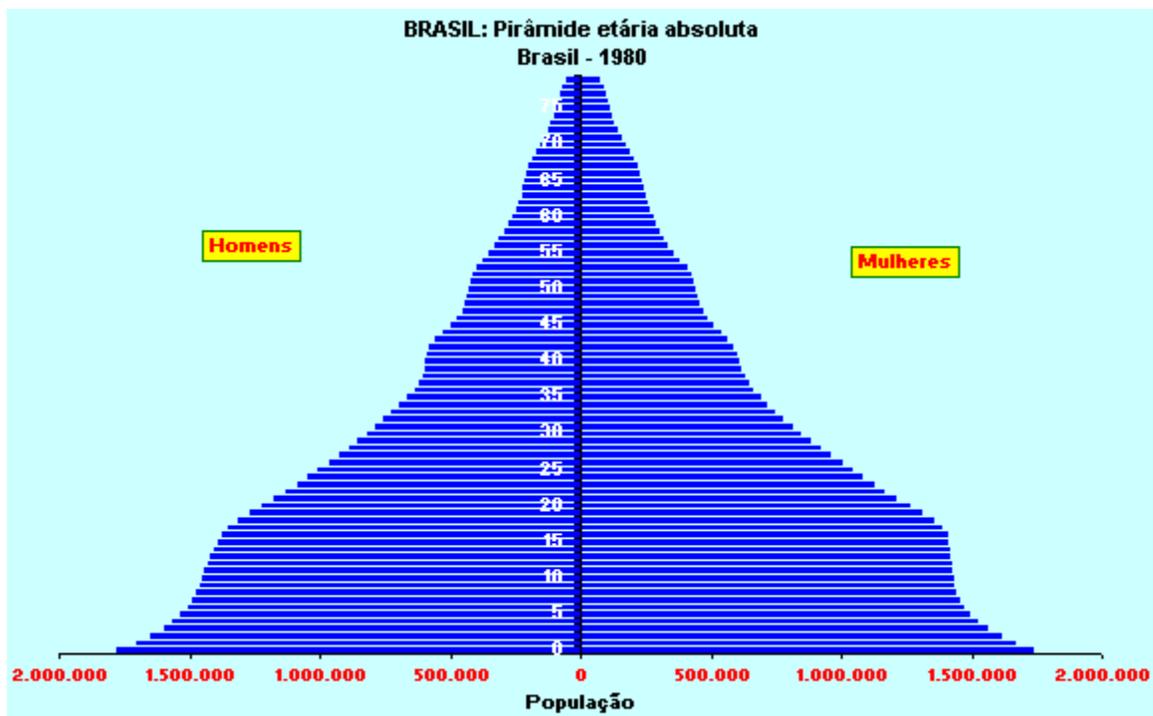


FIGURA 1 – Pirâmide etária (1980)

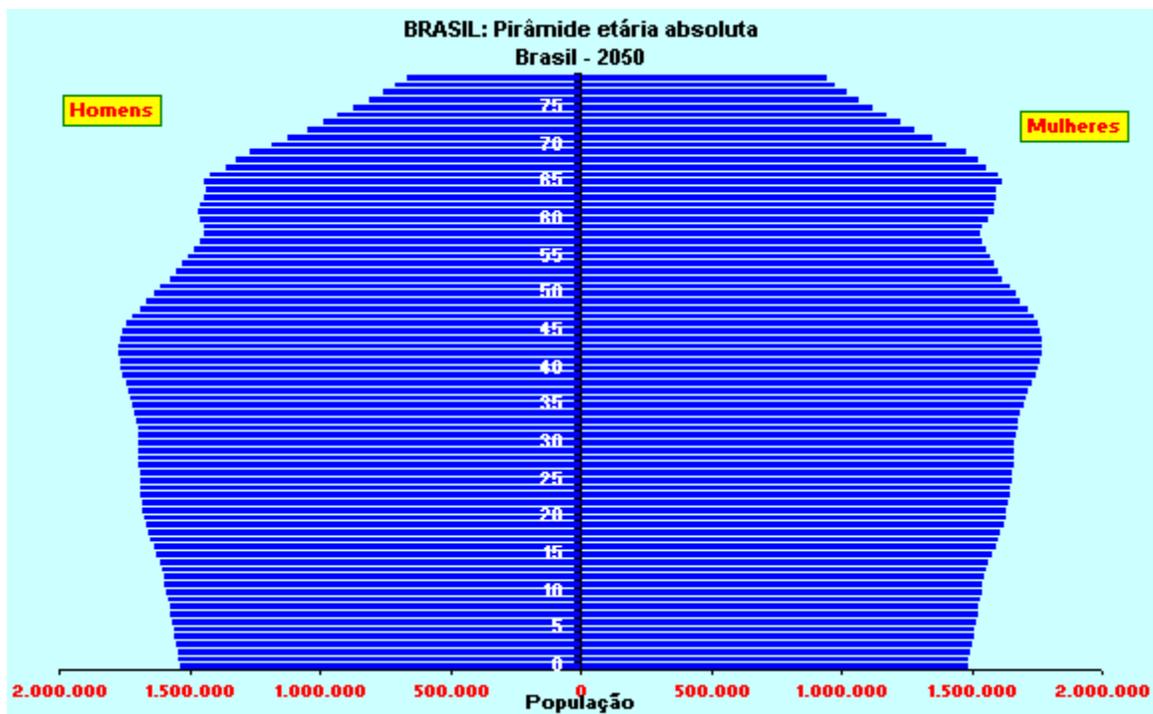


FIGURA 2 – Pirâmide etária (2050)

Pode-se observar que a pirâmide de 1980 possui uma forma de triângulo, tendo sua base larga e sua extremidade estreita, o que caracteriza um país em desenvolvimento, no qual predomina a população jovem e possui uma baixa esperança de vida. Já na pirâmide do ano de 2050, observam-se visíveis modificações, tendo base e topo semelhantes. Ainda não caracteriza um país desenvolvido, no qual predomina a população adulta e idosa, mas começa a se aproximar dessa situação (COELHO, 1994).

De acordo com as pesquisas realizadas pelo IBGE (2002), “os números mostram que, atualmente, uma em cada dez pessoas tem sessenta anos de idade ou mais e, para 2050, estima-se que a relação será de uma para cinco em todo o mundo, e de uma para três nos países desenvolvidos”.

Essas mudanças que estão ocorrendo nos indicadores demográficos, mais especificamente no caso do Brasil, podem estar relacionadas a uma melhor qualidade de vida conquistada pelos brasileiros, como, a expansão do saneamento básico, da rede de esgotos e de tratamento de água; avanços na área médica; criação de programas de vacinação, campanhas e esclarecimentos acerca da prevenção de doenças, controle e erradicação de endemias e epidemias; e evolução do nível de escolaridade, melhores condições de trabalho, expansão de programas habitacionais, maior acesso a informação e a bens de consumo. (FROMER e VIEIRA, 2004).

De acordo com (SOUZA, JOCOB FILHO e SOUZA, 2006, p.23) é possível afirmar que “nos dias atuais, muitos indivíduos com mais de sessenta anos conseguem manter a mesma vitalidade e expectativa que possuíam aos quarenta anos”. Esse novo perfil do idoso brasileiro reflete no setor turístico, incentivando a criação e oferta de lazer direcionado ao público da terceira idade, o que vem acrescentar a qualidade de vida do idoso.

1.2 O LAZER E O TURISMO PARA O IDOSO

Devido ao aumento da esperança de vida e conseqüentemente o aumento no número de idosos no Brasil, cresce juntamente a esses dados a atenção voltada a qualidade de vida do idoso. Segundo a OMS - Organização Mundial da Saúde (1985), “qualidade de vida é a percepção de cada indivíduo acerca de sua posição no mundo, de acordo com seu contexto cultural e sistema de valores e em relação a seus objetivos, normas, expectativas e interesses” (SOUZA, FILHO E SOUZA, 2006, p. 24).

Essa concepção da OMS sobre a qualidade de vida resulta de estudos que buscam compreender este termo abrangente e de difícil explicação, que foi sendo modificado com o passar do tempo. As idéias iniciais que conceituavam qualidade de vida, de acordo com uma avaliação feita por um observador, usualmente um profissional de saúde, foram sendo substituídas pelo entendimento do termo como uma particularidade de cada pessoa, não podendo ser medida por outro indivíduo seja ele profissional ou não. (SEIDL; ZANNON, 2004)

Pereira et al (2006), em seu artigo “Contribuição dos domínios físico, social, psicológico e ambiental para a qualidade de vida global de idosos”, afirmam que:

a qualidade de vida reflete a percepção que têm os indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas ou, ainda, que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a auto-realização, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas.

Uma ferramenta que vem sendo utilizada na busca de oferecer uma melhor qualidade de vida a essa parcela da população são os chamados grupos para a terceira idade, que surgiram e se proliferaram a partir da década de 90. Anteriormente a essa data, existiam grupos para aposentados, como foi o caso das atividades oferecidas aos aposentados pelo SESC em São Paulo, em 1963. (PORTELLA, 2002). Sobre a contribuição desses grupos para a vida dos idosos, Souza; Filho; Souza (2006, p. 24) acreditam que “a criação de diferentes grupos de atividades para a terceira idade tem contribuído eficazmente para a valorização e integração do idoso na manutenção de sua qualidade de vida”.

A procura por atividades recreativas que estimulam a criatividade, a integração e o bem-estar físico do idoso vem crescendo, fazendo com que projetos voltados para a terceira idade sejam criados, como é o caso do grupo de terceira idade do SESC - Serviço Social do Comércio, de Ponta Grossa e a UATI - Universidade Aberta para a Terceira Idade, pertencente à UEPG.

O SESC disponibiliza aos idosos reuniões, bailes, viagens, teatro, dentro outras atividades socioeducativas. “Essa ação do SESC junto aos idosos visa a sua socialização, autonomia e melhora da auto-estima com a reconstrução da própria imagem⁴”. De acordo Langhammer (2008)⁵, funcionária do SESC Ponta Grossa que trabalha com o grupo de teatro da instituição, “Grupo de Teatro Fascinação⁶”, afirma que “o teatro causa uma revolução na auto-estima do idoso”,

⁴ Informações encontradas no site do SESC São Paulo.

⁵ Entrevista realizada com Maria Cristina Langhammer, na unidade do SESC Ponta Grossa, na data de 14 de outubro de 2008.

⁶ Esse grupo existe desde o ano de 2000, sendo formado por 14 integrantes fixos desde 2004, os quais em sua maioria pertencem ao grupo de terceira idade do SESC Ponta Grossa.

tornando-o mais confiante e consciente de sua capacidade produtiva e de sua importância na sociedade.

Já a UATI, segundo OLIVEIRA (2008)⁷, oferece aos seus alunos vinte disciplinas que mesclam teoria e prática, sendo algumas delas: meio ambiente, relações humanas, fisioterapia, direito, turismo e nutrição. Um grêmio formado pelos próprios alunos é responsável pela organização dos eventos, como a festa do calouro, a festa do dia das mães, a festa junina, a festa da primavera e a confraternização natalina. Também são realizados passeios pela cidade e viagens, de acordo com as disciplinas teóricas oferecidas durante o curso.

São ofertadas disciplinas optativas aos idosos egressos da UATI, por meio de um segundo projeto de extensão que se chama “Universidade Continuada para a Terceira Idade”. Aos interessados são disponibilizadas quinze disciplinas, estando relacionadas com dança, canto, exercícios físicos, informática, artesanato e língua estrangeira.

O curso da UATI “constitui como uma necessidade de ampliar a participação dos indivíduos na vida social e cultural, visando a melhoria nas relações interpessoais, valorização do idoso, superação de estereótipos e práticas discriminatórias em relação a essa faixa etária, melhoria na qualidade de vida, compreendendo o mundo e tendo esperança de futuro” (OLIVEIRA, R; OLIVEIRA F., 2007).

⁷ Informações fornecidas pela coordenadora da UATI, Rita de Cássia da Silva Oliveira, em entrevista realizada na UEPG em 08 de setembro de 2008.

Dona Lina⁸, 89 anos, participante da UATI e do grupo de terceira idade do SESC de Ponta Grossa, relata que o convívio social proporcionado a partir das atividades desenvolvidas por esses grupos, traz como um dos principais benefícios as amizades. Ela afirma que os amigos que fez são hoje como uma família, estando presentes tanto nos bons como nos maus momentos de sua vida. O principal motivo que fez com que ela realmente se dedicasse a esses grupos foi o fato de ser viúva e de não ter mais preocupações com os filhos, já que são todos independentes.

Essa sua dedicação à UATI e ao SESC, contribuiu para incentivar a sua filha Dulce, de 63 anos, a também participar dessas atividades. Já freqüentou o SESC e no momento participa das atividades da UATI, acompanhando a sua mãe sempre que possível. De acordo com a entrevistada Dulce, “quando se participa dessas atividades a gente sente vida, não se sente doente, não se sente envelhecer. Faz bem para nossa memória, pro espírito e pro corpo”.

Essas atividades oferecidas por tais grupos para a terceira idade também colaboram com uma gradativa mudança da imagem que a sociedade brasileira tem do idoso, sendo associado à improdutividade e ao declínio da capacidade física e intelectual, não raro sendo isolado da sociedade. Essa associação não considera o fato de que as perdas que ocorrem na velhice (limitações físicas e diminuição do poder de influência) também podem acontecer com indivíduos de outras faixas etárias e tais perdas podem vir a incentivar a busca por novos objetivos (FROMER e VIEIRA, 2004).

⁸ Entrevista realizada com Duzolina Dal Col Gulyas e Dulce Dal Col Gulyas, em sua residência, na data de 13 de outubro de 2008.

Nessa fase da terceira idade os idosos contam com o maior tempo livre para realizar as atividades prazerosas que foram adiadas em suas vidas, por motivos diversos. Essa disposição faz com que eles pensem e se comportem de maneira diferente dos idosos de anos anteriores. Eles se recusam a abdicar do direito de fazer planos e renovar projetos, possuindo maior disposição para participar ativamente da vida social e para usufruir as conquistas obtidas em tempos recentes (FROMER; VIEIRA, 2004).

Senfft (2004, p. 71) em seu artigo “Lazer saudável na terceira idade”, traz a idéia de tempo livre como sendo a disponibilidade decorrente não apenas da diminuição da jornada de trabalho, mas também dos anos a mais vividos pela população.

O tempo livre é considerado o principal fator de evolução do lazer; mas não é o único. Tempo livre não decorre somente de menos tempo de trabalho, em função da jornada reduzida, semana mais curta e férias, frutos das reivindicações da classe operária. A longevidade, por exemplo, aumenta também o tempo livre, principalmente em comparação com o tempo de trabalho, porém sem relação direta com ele. Vive-se cada vez mais e melhor em função sobre tudo do progresso da ciência e da melhoria da qualidade de vida.

A partir da convivência constante com outras pessoas e de novos conhecimentos adquiridos, os idosos se tornam mais dispostos (físico e mentalmente) para vivenciar novas experiências durante seu tempo livre. Observa-se o maior interesse por parte dos idosos pelas atividades turísticas, vendo nelas mais uma opção de lazer, palavra que se originou do termo latino *licet*, que significa o que é permitido, licença (BACAL, 2003 apud FROMER e VIEIRA, 2004). Esse significado demonstra bem a expectativa do idoso quanto ao lazer, ou seja, a intenção de realizar tudo o que não foi feito anteriormente por

falta dessa permissão ou licença, sejam elas a falta de tempo, de recursos financeiros ou outro impedimento.

1.2.1 O lazer na terceira idade

O crescimento da classe proletária, que resultou das transformações econômicas, culturais e espaciais provocadas pela Revolução Industrial do século XIX foi responsável pela evolução do lazer. No século XX este cresceu e valorizou-se, tornando-se um fenômeno de massa e no século, XXI, encontra-se em pleno processo de expansão (SENFET, 2004).

Nesse sentido, o lazer também vem satisfazer os idosos que de modo geral, buscam o contato com novas pessoas, novas culturas, participação em eventos de confraternização e a vivência de experiências diferenciadas, aliadas com o meio ambiente, ou ainda, ligadas à religiosidade (MOLETTA, 2000 apud PEREIRA. L. ;PEREIRA, A.; MORELLI ,2006). Tais experiências proporcionadas durante a prática de lazer são responsáveis por aumentar o processo de integração entre as pessoas, podendo ser destacado como um dos principais motivos que incentivam o idoso a buscar o lazer.

A palavra lazer apresenta um universo complexo de significados, representados por interpretações de cunho moral, religioso, filosófico que variaram muito ao longo da história. Estes significados e conceitos sobre lazer podem justificar-se, por vários motivos, como: as diferenças de utilização do tempo livre em diferentes países, regiões, culturas, e até mesmo, por conceitos pessoais e ideológicos. Outro aspecto a considerar é a juventude científica do tema, o que ainda não possibilitou a consolidação, nem tão pouco unificação de conceitos a nível internacional, provocando uma diversidade semântica a respeito do assunto (AVILA, 2003).

De acordo com Marcellino (1995), pode-se distinguir duas grandes linhas de pensamento sobre o lazer, uma que analisa o lazer na perspectiva do tempo e a outra com relação a atitude. A primeira, que se fundamenta no tempo, considera lazer, as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho e das obrigações (familiares, sociais, religiosas). Já no caso do lazer ser considerado atitude leva-se em consideração a relação entre o indivíduo e a experiência vivida, ou seja, a satisfação provocada por tal atividade. Sendo assim, defende-se a idéia de integração, o entendimento do lazer considerando tempo e atitude combinados.

Um outro conceito encontrado comumente em obras que tratam sobre o termo lazer é o do sociólogo francês Joffre Dumazedier (1973),

Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973 apud SOUZA, H.; JACOB FILHO.; SOUZA, R., 2006),

Com esse último conceito apresentado sobre o lazer, torna-se clara a sua complexidade. Isso ocorre pelo fato de que cada pessoa possui a sua idéia própria sobre os fatores que compõem este termo, em especial o tempo livre e a satisfação. Por esse motivo, comumente encontram-se visões distintas entre pesquisadores e turistas, de um modo geral, com relação ao lazer.

Dentre as diversas formas de lazer, o turismo para o idoso, destaca-se por proporcionar experiências distintas daquelas comumente vivenciadas no seu dia-a-dia, a partir do contato com diferentes lugares, pessoas e culturas. A importância do lazer para a terceira idade e a busca deste segmento pelo turismo são temas

que vem sendo pesquisados, tendo como alguns de seus objetivos descobrir os motivos que fazem com que o idoso brasileiro se interesse pelo turismo e o que pode ser feito para melhorar os produtos e serviços turísticos ofertados.

Como exemplo tem-se a pesquisa realizada pela psicóloga Silva (2002) sobre o comportamento psicossocial do turista de terceira idade, trabalho publicado em seu livro *Turismo e Psicologia no Envelhecer*. Nessa pesquisa foram obtidos 390 questionários respondidos por alunos pertencentes a três faculdades abertas para a terceira idade do estado de São Paulo. Por meio de seu estudo, Silva pôde chegar a algumas conclusões, tais como: o destino mais procurado pelos idosos ainda é a estação hidromineral/termal; o maior motivo da realização das viagens é o desejo de conhecer lugares diferentes dos quais estão habituados; a maioria dos turistas idosos preferem viajar com pessoas da mesma faixa etária e freqüentemente participam de programas para a terceira idade.

A OMT – Organização Mundial do Turismo, (2000) destaca como os principais fatores que motivam as pessoas da terceira idade a viajar, a recreação e entretenimento, bailes de salão ou folclóricos, lazer ou férias, convívio social e fazer amizades durante a viagem. Quanto a companhia nas viagens, a maioria prefere viajar com os amigos (muitas vezes a maioria de seus amigos encontra-se no próprio grupo de terceira idade). Apontam as viagens para praias durante o verão, a utilização de ônibus como meio de transporte e a hospedagem em hotel como preferidas, tendo uma estada em média de quatro a sete dias.

Esses dois exemplos citados, bem como os demais estudos realizados sobre o turista de terceira idade colaboram tanto com o setor turístico, para que este possa conhecer com maior profundidade esse segmento que vem crescendo

a cada dia, tanto com os próprios idosos, sejam habituados ou não a viajar. A partir das descobertas de pesquisas como essas, incentiva-se os empreendimentos turísticos a investir em serviços e produtos adequados à terceira idade, o que conseqüentemente estimula os idosos a participarem de atividades turísticas.

1.2.2 Turismo e terceira idade

A viagem é um fator de satisfação de algum desejo insatisfeito, motivando a pessoa a agir, na base de experiências passadas, em direção ao objeto que lhe devolverá ao estado adequado (SILVA, 2002). Não apenas o idoso, mas os turistas de um modo geral podem vir a buscar na viagem algo que foi deixado para traz, um desejo que poderá ser satisfeito a partir dos serviços e produtos ofertados nessa determinada viagem.

Para Sarah Bacal (1994), os motivos que levam uma pessoa a viajar podem ser de duas espécies, sendo definidos por ela da seguinte forma:

Motivos de deficiência (sair de): fugir de problemas/ sair da rotina/ descansar/ sair da poluição, e motivos de excesso (ir para): diversão/ interesses culturais/ fazer ou completar cursos/ visitar feiras ou exposições/ conhecer novos lugares/ conhecer pessoas/ buscar aventuras/ conviver com a natureza. (BACAL, 1994 apud SILVA, 2002)

No caso específico da terceira idade, os motivos pelos quais se interessam pelas viagens de lazer são diversos, alguns pertencentes a motivos de deficiência e outros de excesso. Os idosos podem ver no lazer uma forma de se afastar temporariamente dos problemas presentes no seu dia-a-dia, aproveitando esse tempo para descansar e realizar atividades diferentes daquelas em que

estão habituados, tais como: visitar locais culturais e naturais, realizar cursos e conhecer pessoas.

Mas para que a terceira idade se interesse cada vez mais pelo turismo e passe a não somente idealizar, mas a participar ativamente das atividades turísticas, é necessário que haja incentivos e que seus direitos sejam garantidos. Com esses objetivos foi criado pelo Governo Federal o Estatuto do Idoso⁹, que entrou em vigor em janeiro de 2004 e desde essa data vem sendo utilizado como uma ferramenta legal que defende seus direitos quanto à cultura, a educação, o esporte e o lazer. Com relação a temática deste trabalho, o Estatuto afirma que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (Art. 3º)

O lazer e seus conseqüentes efeitos na vida do idoso tais como convívio com diversas pessoas, aprendizado, novas experiências e o aumento de sua auto-estima, que pode vir a refletir em uma melhor condição de saúde, são apresentados no Estatuto no mesmo patamar do direito à alimentação, à educação e ao trabalho.

Tal atitude demonstra a importância do lazer na vida da terceira idade, buscando garantir seu direito à participação em atividades variadas. Como exemplo podemos citar os descontos de pelo menos 50% do valor cobrado nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer de modo geral, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais (Art. 23).

⁹ Acesso ao estatuto completo: <http://www.senado.gov.br/web/relatorios/destaques/2003057RF.pdf>

O Estatuto também garante aos idosos duas vagas gratuitas, por veículo, no transporte coletivo interestadual e desconto de no mínimo 50% do valor da passagem aos que excederem as vagas gratuitas. Mas para que o idoso possa ter direito a essa gratuidade e ao desconto ele deve ter uma renda igual ou inferior a dois salários mínimos. (Art. 40)

Mesmo se tratando de um direito do idoso e havendo a cobrança de multa em casos de descumprimento, existem empresas que não concordam e não cumprem a lei. Elas alegam não poderem arcar com o custo do transporte gratuito e descontos concedidos aos idosos e cobram do governo uma indenização que cubra tal custo. (FOLHA ONLINE, 2007). No caso em particular da companhia de transporte Princesa dos Campos, localizada em Ponta Grossa, tudo indica que o Estatuto vem sendo seguido. Pelo mesmo é o que informa o guichê de informações da empresa que afirma respeitar a gratuidade e os descontos aos idosos em viagens interestaduais¹⁰.

De acordo com o art. 20, do Estatuto em questão, além do direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões e espetáculos, os idosos também devem ter a sua disposição produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. E é sobre tais peculiaridades e o respeito por elas que será composto o segundo capítulo desse trabalho (p.48).

Ainda abordando o sentido de turismo como fator de inclusão da terceira idade, o Ministério do Turismo lançou em setembro de 2007 o programa Viaja Mais Melhor Idade, com o objetivo de promover a inclusão social dos idosos,

¹⁰ Informações concedidas em setembro de 2008 no guichê de informações da Princesa dos Campos, localizado na rodoviária de Ponta Grossa.

aposentados e pensionistas e incentivar o turismo interno no Brasil. É o que afirma a assessoria de imprensa do Ministério:

o programa Viaja Mais Melhor Idade tem como objetivo proporcionar a aposentados e pensionistas, e pessoas com mais de 60 anos, a oportunidade de conhecer o Brasil nos períodos de baixa ocupação. Oferece facilidades, como preços mais baixos que os de mercado e pacotes especialmente formatados para este público.

A resposta a essa iniciativa vem sendo divulgada com otimismo, já que segundo dados divulgados, os idosos estão demonstrando interesse e aceitação a esse programa. Recentemente a Braztoa - Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (2008), afirmou que somente no primeiro semestre deste ano já foram vendidos 140 mil pacotes, quase o triplo da expectativa para todo o ano, que era de 50 mil¹¹.

Na primeira fase do projeto (setembro a dezembro de 2007) os resultados também foram positivos. De acordo com o presidente da já citada Braztoa - José Eduardo Barbosa, e o Secretário Nacional de Políticas do Turismo - Airton Pereira, em dois meses de funcionamento, o programa Viaja Mais Melhor Idade movimentou R\$ 7 milhões, totalizando a venda de 8 mil pacotes em condições especiais para aposentados e pensionistas. A meta estabelecida para a primeira fase do projeto era de 7 mil pacotes vendidos (BARBOSA, 2007).

Esses pacotes oferecidos à terceira idade que incluem hospedagem, passeios, transporte e também produtos e serviços complementares, se trata de uma forma de tentar atender as expectativas desse público em potencial, que é a pessoa com sessenta anos ou mais. Tal oferta de atividades de lazer por meio do

¹¹ Informações contidas no site:
http://www.braztoa.com.br/site/noticias_braztoa/conteudo.php?idMateria=218

turismo, direcionadas aos idosos levando em consideração seus desejos e necessidades é uma maneira de segmentar o mercado¹² turístico. E é a respeito desse segmento do turismo que discutiremos no capítulo seguinte.

¹² Mercado é um grupo de compradores reais e potenciais de um produto. (KOTLER; BRANDÃO, 1998, p. 31).

CAPÍTULO 2 O MERCADO TURÍSTICO PARA A TERCEIRA IDADE

2.1 A SEGMENTAÇÃO DO MERCADO TURÍSTICO

A crescente procura por produtos e serviços turísticos personalizados, a preços competitivos faz com que as empresas busquem se adaptar a essas novas exigências, utilizando como recurso as estratégias de marketing. (MORAES IN ANSARAH, 2000). Essas estratégias referem-se ao “modo pelo qual as operações de marketing serão conduzidas antes da implementação. (...) a empresa tem controle completo sobre os métodos de marketing que irá empregar para atingir seus objetivos”.¹³

A estratégia de marketing envolve duas idéias básicas: a seleção dos mercados-alvo e a seleção do composto mercadológico. Na primeira, medem-se oportunidades surgidas nos diversos mercados e, na segunda, seleciona-se o composto mercadológico mais oportuno para os variados segmentos. (MORAES IN ANSARAH, 2000)

As empresas que se dirigirem ao mercado podem optar por duas linhas de estratégias de marketing, sendo elas a difusão e a segmentação. A primeira, difusão, “consiste em colocar um produto no mercado sem a preocupação com as diferenças existentes entre os consumidores”. Já a segmentação “vê a demanda como heterogênea, concentrando esforços de marketing em determinadas fatias do mercado” (MORAES IN ANSARAH, 2000).

De acordo com Beni (2000, p. 153):

¹³ Art Weinstein, *Segmentação de mercado*, trad. Celso Rimoli, São Paulo, Atlas, 1995, p. 20.

Segmentar o mercado é identificar clientes com comportamentos homogêneos quanto a seus gostos e preferências. A segmentação possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos, dos tipos de transportes, da composição demográfica dos turistas e da sua situação social e estilo de vida, entre outros elementos.

O conceito de segmento de mercado diverge entre os pesquisadores. Em geral essas análises se referem as questões geográficas, demográficas, socioeconômicas, padrões de consumo, estilo de vida, personalidade, caracterização econômica, características psicológicas, dentre outras. (MORAES in ANSARAH, 2000) Alguns desses segmentos do mercado turístico são: turismo de eventos, GLTBS, de negócios, religiosos, cultural, rural, para singles, de pesca, desportivo, de aventura, de estudos, gastronômico e de terceira idade. (SOUZA, H; JACOB FILHO; SOUZA, R., 2006).

Lage (1992) apud Fromer e Vieira (2004), aponta alguns benefícios da segmentação de mercado para os agentes envolvidos no turismo, sendo eles, os próprios turistas, as empresas da área, o governo e a comunidade local. São tais benefícios: a maximização dos lucros em razão de recursos especificamente dirigidos; o conhecimento maior e melhor das necessidades dos turistas; o incentivo a concorrência; o maior número de estudos e a promoção ou propaganda específica.

A maneira utilizada por Ignarra (1999) para realizar a segmentação do mercado turístico apresenta como critérios de segmentação a idade, o nível de renda, o meio de transporte, a duração da permanência, a distância do mercado consumidor, o tipo de grupo, o sentido do fluxo turístico, a condição geográfica da

destinação turística, o aspecto cultural, o grau de urbanização da destinação turística e a motivação das viagens.

O turismo de terceira idade, conceituado por Moletta (2000) apud Waechter Junior (2004), como sendo “um tipo de turismo planejado para as necessidades e possibilidades de pessoas com mais de sessenta anos, que dispõem de tempo livre e condições financeiras para aproveitar o turismo”, aparece na classificação de Ignarra no critério idade, juntamente com outros segmentos, sendo eles, o turismo infantil, o turismo juvenil, o turismo de meia idade (45 a 59 anos) e o turismo familiar.

A segmentação, por decompor o mercado consumidor em grupos homogêneos, possibilita a oferta de produtos turísticos de qualidade e personalizados, atendendo os turistas de forma mais adequada. Mas, para que isso realmente aconteça é preciso que se conheça o mercado-alvo, ou seja, deve-se descobrir o que os levam a consumir um determinado produto turístico e o que ainda falta neste para que ele seja satisfatório. Assim, o interesse do segmento estudado pelo turismo tende a crescer, juntamente com o sucesso dos empreendimentos turísticos.

No caso do turista de terceira idade, por disponibilizar de tempo para viajar e fazer turismo em épocas não convencionais, ou seja, na baixa estação, tal turista se beneficia com os preços de equipamentos e custos dos serviços mais baratos e as empresas turísticas mantêm um número constante de turistas no decorrer do ano todo, minimizando os efeitos negativos causados pela sazonalidade. É a respeito dos benefícios do turismo para a terceira idade, em especial quanto à sazonalidade que discutiremos a seguir.

2.1.1 Os efeitos da sazonalidade no turismo

A estratégia de segmentar o mercado turístico, mais especificamente no que se refere ao turismo para a terceira idade, pode colaborar para minimizar um problema enfrentado pelo *trade*¹⁴ turístico que é a sazonalidade, ou seja, períodos de maior e menor demanda turística por determinados produtos, caracterizados pela alta e baixa estação (BRITO, 2004).

Na chamada alta estação os empreendimentos recebem uma grande quantidade de turistas, o que pode chegar a provocar impactos ambientais, econômicos e sociais. Esse grande número de turistas em um mesmo local dificulta o controle de pessoas e a limpeza em áreas naturais, incentiva empresários a aumentar seus preços de venda, prejudicando a população local e inevitavelmente altera a rotina dos moradores, o que nem sempre é visto como algo positivo (SANTOS, 2001). Já na baixa estação, essa procura cai consideravelmente, deixando meios de hospedagem, atrativos turísticos e agências quase vazios e conseqüentemente, várias pessoas temporariamente sem emprego.

É a respeito dessa conversão dos problemas causados pela sazonalidade no turismo em benefícios para empresários e turistas que Brito (2004) comenta,

(...) os efeitos que são sentidos pela influência da sazonalidade podem ser aproveitados pelos consumidores de diversas formas. Basta apenas que os empresários saibam operar em cada momento da exploração do turismo, de forma a suprir as reduções da demanda no período de baixa e administrar os períodos de alta no sentido de melhorar o atendimento.

¹⁴ Trade é um conjunto de agentes, operadores, hoteleiros, transportadores e prestadores de serviços turísticos.

Uma alternativa para se combater os efeitos negativos da sazonalidade é o incentivo por parte do *trade* aos idosos deixarem de viajar em períodos de alta temporada, dando preferência à baixa temporada. Isso pode ser feito através da redução dos preços de viagens, hospedagem, restaurantes, meio de transporte, passeios, e oferta de serviços atraentes, ou seja, um esforço conjunto para que sejam estimuladas as viagens nesse período ainda não comumente procurado pelos turistas.

Um destino turístico característico do público jovem que vem se destacando por ofertar atrativos ao turista de terceira idade é o Balneário Camboriú – SC. Segundo Cunha (2008), durante a sua alta estação a cidade pode chegar à cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes aumentando em média, dezesseis vezes o seu número populacional. Já durante o período de baixa estação, várias empresas correm o risco de sofrer queda em seu faturamento, o que pode gerar desemprego para a população local, e conseqüentemente, perdas econômicas para a cidade.

Na tentativa de reduzir os impactos causados pela sazonalidade, “a cidade conta com uma infra-estrutura capaz de receber os turistas de todas as idades, durante o ano todo, sendo considerada pelas pesquisas da Embratur (2005), o quinto destino turístico nacional e a cidade brasileira que mais recebe turistas proporcionalmente, por ano” (CUNHA, 2008).

De acordo com o mesmo autor, Balneário Camboriú oferece aos jovens, a prática de esportes radicais como, vôo livre, surf e outros esportes aquáticos, além de contar com diversas opções de entretenimento noturno, tais como, danceterias, bares com música ao vivo, shows e diversos eventos culturais e de lazer. Com

relação aos turistas de terceira idade, as ofertas também são variadas, sendo elas, os banhos de sol na praia central, canchas de bocha à beira-mar, a prática da caminhada ou uma boa leitura no calçadão da Avenida Atlântica, além de diversificadas opções gastronômicas e do belo artesanato local, dentre outros.

Cunha também comenta sobre uma pesquisa realizada em Balneário Camboriú durante sua alta temporada do ano de 2006, aonde foram questionados aos turistas com mais de cinquenta anos, o seu grau de satisfação com relação à cidade. A maioria, com 68,97% responderam que a cidade está pronta para receber o turista da terceira idade, já 31,03% responderam que a cidade não está pronta para recebê-los. As reclamações apresentadas dizem respeito ao número insuficiente de caixas eletrônicos, carência de policiamento, falta de banheiros públicos, dificuldade de caminhar nas calçadas no verão, preços elevados na alta temporada, poucos eventos direcionados a este público e a quase inexistência de rampas de acesso nas calçadas.

Segundo a mesma pesquisa, quanto à infra-estrutura, 73% dos consultados responderam que estão satisfeitos citando a grande variedade de restaurantes e as várias opções que a vida noturna oferecem como ponto positivo da cidade, os 27% restantes que se dizem insatisfeitos, destacam como o maior problema os altos preços cobrados pelos estabelecimentos.

Ainda com base no mesmo estudo, entre os fatores que mais atraem os turistas para a cidade estão as suas praias com 49,18% de preferência e, os demais 15,57% destacaram os restaurantes que oferecem diversas opções. E a época que o turista de terceira idade prefere para viajar para Balneário Camboriú é durante a baixa estação, sendo a resposta de 79,22% dos entrevistados.

Essa estabilidade conquistada pelo Balneário Camboriú resultou da necessidade de amenizar os efeitos causados pela sazonalidade, fato que veio a contribuir para uma maior oferta de opções de serviços para os turistas de terceira idade. A comunidade da cidade se beneficiou economicamente e os turistas idosos puderam contar com entretenimentos antes inexistentes, tornando sua viagem mais atraente.

Essa é uma maneira de aproveitar a potencialidade do turista idoso, o qual vem apresentando disposição em desfrutar do turismo, estando a espera apenas de ofertas que os interesse. Dessa forma os idosos realizam seus desejos e ao mesmo tempo contribuem “para o sistema capitalista, que vê o seu tempo livre como um grande atrativo para o sistema, que através do Turismo o transforma em lucros” (SANTOS, 2003).

Nesse sentido, várias pesquisas estão sendo realizadas, tendo como objetivo a comprovação de uma situação que já vem sendo observada, que é a terceira idade como um consumidor em potencial. Pelo o que os estudos concluem, os idosos estão cada vez mais disponibilizando parte de sua aposentadoria ou salário para investir em atividades turísticas.

2.1.2 O potencial econômico do turista de terceira idade

Além da renda do turista idoso, que provem em sua maioria da aposentadoria, outros dois importantes aspectos são indispensáveis para que o turismo de terceira idade se desenvolva, sendo eles o crescimento da população idosa, fator inevitável, e a disposição do idoso em adquirir os produtos turísticos

ofertados, podendo ser movida pela sua variedade e oferta facilitada, ações que dependem do interesse e investimento do *trade*.

Pesquisas vêm apresentando resultados otimistas quanto à renda do idoso e o seu consumo em diversos setores, dentre eles o turismo. Dando início a questão da renda, dados do IBGE mostram que a renda média das pessoas idosas aumentou, registrando uma melhora em seu ganho nos últimos dez anos _ a faixa etária de indivíduos com 60 anos ou mais de idade foi a que conheceu o maior crescimento de renda no universo dos chefes de família. Essa renda subiu de R\$403,00 para R\$657,00 entre os Censos de 1991 e 2000, o que representa um aumento de 63%. Houve também um aumento no número de idosos com renda superior a cinco salários.

Um outro estudo, divulgado pelo Profuturo/FIA - Programa de Estudos do Futuro, da Fundação Instituto de Administração¹⁵ – (2000), sobre o perfil do consumidor brasileiro para 2010, constatou que a terceira idade é um segmento que tende a ocupar um espaço cada vez maior no mercado de consumo, devido ao aumento no número de idosos e pelo maior interesse destes em consumir (FROMER; VIEIRA, 2004).

Esse consumo vem sendo realizado cada vez mais por meio de cartão de crédito. Pelo menos é o que aponta a pesquisa "Cartões de Crédito na Terceira Idade", feito pela Itaucard (2006). "Os clientes com 60 anos ou mais respondeu por 10% do valor das compras feitas com cartão de crédito no país no primeiro

¹⁵ O Profuturo/FIA é uma entidade conveniada à FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo). Os resultados da pesquisa _ "Perfil do Consumidor do Futuro" _ foram divulgados no seminário "Técnicas de Elaboração dos Cenários: uma visão do consumidor do futuro", realizado em dezembro de 2000.

semestre do ano, o que representa um faturamento de R\$ 8,4 bilhões”. (FOLHA ONLINE, 2007).

Tal estudo também chegou à conclusão de que ao final do ano de 2006, as pessoas de 18 a 59 anos somavam 24 milhões de portadores de cartão de crédito, cada pessoa possuindo em média 2,9 cartões. Já entre os idosos (60 anos ou mais), representavam 2,8 milhões de portadores, uma média de 2,7 cartões por pessoa. Esse gasto com cartão de crédito ocorre principalmente nas áreas de alimentação, entretenimento, saúde e turismo. Esse segmento apresenta a maior compra média em agências e operadoras de turismo, uma média de R\$2.155 em compras, o que representa 34% a mais do valor gasto pelos portadores de cartão de crédito mais jovens.

Uma outra pesquisa sobre mercado foi realizada pela empresa GFK Indicator, que é especializada em pesquisas de mercado. O estudo mostrou que a terceira idade movimentava R\$90 bilhões por ano no país, sendo uma parte desse valor gasta com o turismo. Também foi possível concluir que 63% dos idosos pertencentes as classes A e B viajam em média quatro vezes por ano (VEJA, 2005).

A Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade¹⁶ também realizou uma pesquisa ao final do ano de 1999 com relação ao gasto do idoso com viagens. Concluiu que 85% dos 220 000 associados viajam três vezes por ano, sendo uma dessas viagens para o exterior. A renda desses turistas é por volta de

¹⁶ A ABCMI integra os Clubes da Melhor Idade de 24 estados brasileiros, os quais desenvolvem atividades voltadas para a cultura, esporte, turismo social e lazer com pessoas a partir de 50 anos e aposentados. (<http://www.melhoridade.org.br/Temas.aspx?ChaveParametro=1>)

R\$1 300,00 reais mensais, gastando em média R\$750,00 reais por viagens, fora as despesas com cartão de crédito.

Várias empresas já vêm investindo nesse segmento de mercado, a fim de se beneficiar com os atuais idosos consumidores, se preparando para atender cada vez melhor esse público que comprovadamente tende a crescer. São setores da área de alimentação, saúde, entretenimento, educação, turismo, arquitetura, todos voltando seus olhares às necessidades e ao potencial de consumo do idoso.

No setor turístico, as agências de viagem já vêm percebendo o potencial desse segmento. Os turistas com idade superior a cinquenta anos representam de 16% a 35% dos clientes ativos das agências de turismo. (FROMER; VIEIRA, 2004) Dessa forma, já existem agências que oferecem pacotes específicos para a terceira idade. Podem-se citar como exemplo os programas de estudos no exterior para o aprendizado e o aperfeiçoamento de uma língua estrangeira aliado a passeios e a atividades extracurriculares. Tais programas recebem o nome de "*golden age*", "*special age*" ou "*mature students*", sendo montados pelas próprias escolas no exterior, em geral, no Canadá e em países da Europa (OLIVEIRA, 2004).

Também de acordo com Oliveira (2004) uma das particularidades desse tipo de pacote é o número reduzido de horas dedicadas às aulas em comparação com os programas tradicionais, já que tem como objetivo disponibilizar mais tempo para as atividades extracurriculares e de lazer, como aula de gastronomia e moda, partidas de boliche ou golfe e chás dançantes e passeios turísticos.

Uma outra diferença dos programas para a terceira idade está na escolha do destino. Segundo Cláudia Farina, proprietária da *SIP-Student International Programs*, geralmente, as aulas são realizadas em cidades mais tranquilas, menos agitadas, onde as coisas são próximas umas das outras". Também existem ofertas em grandes metrópoles, como Paris, mas o predomínio é em cidades menores. Ainda de acordo com Farina, o preço desses pacotes também são diferentes, sendo até 50% mais caros que os convencionais. Esse último fator pode ser um dos responsáveis pela pouca procura por esses programas, além do próprio desconhecimento destes por parte dos idosos (OLIVEIRA, 2004).

Esse exemplo mostra que além dos incentivos governamentais citados no primeiro capítulo, tais como o Estatuto do Idoso e o programa Viaja Mais Melhor Idade, o setor privado da área de turismo também tem demonstrado interesse em investir na terceira idade. Apesar de se tratar de estratégias distintas, que buscam objetivos também diferentes, ambos colaboram para uma oferta mais variada e personalizada, bem como o surgimento de preços competitivos que beneficiam o turista de terceira idade.

Segundo José Jorge de Faria Sales Neto, presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens em Pernambuco - ABAV-PE, apud Fromer e Vieira (2004),

as agências de turismo e a rede hoteleira têm motivos concretos para investir na terceira idade. Esse viajante não costuma ter restrições de calendário, gosta de levar *souvenirs* dos lugares que visita, não mede gastos com conforto e costuma comprar pacotes completos – com hospedagem, alimentação e passeios inclusos.

Ressalta-se que não é suficiente disponibilizar produtos turísticos para a terceira idade e incentivar o seu consumo se não forem adequados a esses turistas. Além de pessoas capacitadas a oferecer um bom atendimento, é essencial que o *trade* turístico tenha estrutura física que atenda as necessidades do idoso (conforme será abordado logo a seguir). Não pode ser esquecido que por conta da idade avançada o idoso sofre mudanças físicas na locomoção, nos ossos, nas articulações, na respiração, na audição, na visão e no aparelho cardiovascular. (SOUZA, H.; JACOB FILHO; SOUZA, R., 2006) Características estas que não impedem a realização das atividades turísticas, mas que devem ser respeitadas.

2.2 PARTICULARIDADES DO TURISTA DE TERCEIRA IDADE

Quando se trata da oferta de produtos turísticos à terceira idade, as particularidades dos idosos não devem ser ignoradas, não as vendo como um problema, mas sim como a busca por produtos e serviços de qualidade, ou seja, produtos turísticos que possuam um conjunto de características capazes de satisfazer as necessidades específicas e as expectativas dos turistas. (AGUIRRE, 2005 apud ALMEIDA, 2005). Para que as suas particularidades sejam respeitadas primeiramente é necessário que os profissionais da área do turismo as conheçam e posteriormente, busquem soluções a fim de que suas necessidades sejam atendidas.

Os indivíduos da terceira idade necessitam de uma oferta compatível com sua disponibilidade de tempo e de recursos, além de um atendimento específico no que tange às suas características específicas e adequadas às suas capacidades físicas, psíquicas e sociais (SOUZA, H.; JACOB FILHO; SOUZA, R., 2006, p. 10).

Ainda com relação às características próprias do idoso, os mesmos autores comentam na página seguinte (p. 11) que, “os idosos possuem características fisiológicas, psicológicas e mentais próprias dessa faixa etária, as quais refletem as alterações que acontecem em seus órgãos e que são decorrentes do processo natural de envelhecimento”. Essas características físicas eram anteriormente estudadas através da geriatria, que surgiu como disciplina por volta de 1910, podendo ser definida como o saber médico que tem o corpo velho como objeto específico de estudo, ou seja, o estudo da degeneração do corpo humano. (SILVA, 2008)

Ainda de acordo com Silva (2008), a expansão do tema para outras áreas, tais como, a sociologia e a psicologia, fez com que a velhice fosse analisada não apenas pelo ponto de vista médico. Essa multidisciplinariedade do termo velhice deu origem à gerontologia, que se trata de uma disciplina mais complexa e abrangente do que a geriatria. Desde então, além do corpo envelhecido, os hábitos, as necessidades e os aspectos psicossociais do idoso passaram a ser estudados.

Salgado (1980) apud Fromer e Vieira (2004), confirma a necessidade de olhar a velhice com uma amplitude maior do que a geriatria, definindo velhice da seguinte forma:

(...) é uma circunstância ampla com múltiplas dimensões envolvendo os processos biológicos, social e cultural. É uma etapa da vida na qual, em decorrência da alta idade cronológica, ocorrem modificações de ordem biopsicossocial que afetam a relação do indivíduo com o meio.

O idoso passa a ser visto não apenas como um ser em fase de envelhecimento, mas sim como uma pessoa que está passando por mais uma fase de sua vida, a qual merece ser estudada e analisada de forma ampla e abrangente a fim de que seja compreendida e respeitada. O contraste entre a sua diminuição de capacidades físicas e em alguns casos mentais, não devem ser julgados como sendo superiores ao seu desejo em realizar tudo o que deixou de fazer em fases anteriores.

Vários desses desejos o turismo pode atender, já que se trata de uma área que disponibiliza uma variedade de opções de lazer. Essas expectativas dos idosos com relação a atividade turística já foram comentadas anteriormente, no capítulo 1, por meio de dados que resultaram de diversos estudos sobre tal

assunto. Nesse momento abordaremos suas características físicas, que também são de extrema importância para um planejamento turístico eficiente voltado para a terceira idade.

Essas características físicas dos idosos irão variar de pessoa para pessoa, mas de maneira geral, as principais alterações físicas que ocorrem na terceira idade afetam a sua locomoção, audição e visão. As patologias não serão abordadas por não se enquadrarem aos objetivos desse trabalho, já que não são necessariamente mudanças que ocorrem com o passar dos anos e sim problemas que surgem de acordo com os hábitos de cada pessoa ao longo de suas vidas, sendo também influenciadas por fatores hereditários.

A tendência é que com o passar dos anos o idoso perca força muscular, o que representa a perda de quase metade da força que possuía entre os vinte e trinta anos. Seus ossos também ficam mais fracos e sujeitos a fraturas. As alterações nos pulmões e corações fazem com que o idoso se canse mais facilmente, provocando falta de ar quando realizado esforço intenso. O idoso também apresenta diminuição da capacidade de ouvir e de equilibrar-se. O mesmo ocorre com relação a visão, provocando dificuldade para enxergar (SOUZA, H.; JACOB FILHO; SOUZA, R., 2006).

Essas modificações no corpo do idoso acabam influenciando direta ou indiretamente a sua locomoção, principalmente quando as atividades são realizadas em locais em que não estão habituados a frequentar, que é o caso das atividades turísticas. Os hotéis, por exemplo, precisam tomar alguns cuidados quando recebem hóspedes de terceira idade. Sua estrutura, que geralmente é composta por unidades habitacionais, ambiente para refeições, garagem, salão de

eventos e áreas de lazer devem estar preparados para receber esse segmento. Além da estrutura física, o atendimento e as refeições servidas também devem estar de acordo com as necessidades dos idosos.

Para a prática do turismo, a locomoção torna-se indispensável, seja ela realizada de forma independente ou com o auxílio de cadeira de rodas, muletas, bengalas, etc. Por esse motivo a acessibilidade do ambiente turístico deve ser uma das prioridades em seu planejamento. Detalhes no atendimento e na estrutura do local, que para tantos outros segmentos do turismo podem não fazer diferença alguma, para o idoso pode ser um fator decisivo para o seu retorno e para a imagem que levará do destino.

2.2.1 Acessibilidade e inclusão

A acessibilidade, entendida como sendo a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (NBR 9050, 2004), começou a ter visibilidade no Brasil por volta de 1980. Esse fato ocorreu devido aos movimentos organizados por deficientes, ou seja, pessoas que temporariamente ou permanentemente encontram-se incapacitadas ou limitadas a realizar determinadas atividades (NBR 9050, 2004), que lutavam pelo seu direito de ir e vir independentemente do ambiente. A partir desses esforços em melhorar a qualidade de vida dos deficientes, foram sendo conquistadas leis que garantiam a sua acessibilidade em edificações e em meios de transporte.

Com o apoio do governo estadual e municipal de São Paulo, juntamente com a ABNT, passou a ser elaborada a norma de acessibilidade NBR-9050, de

1994. Na mesma época, estavam sendo discutidas entre o meio acadêmico nacional as idéias de arquitetos americanos. Tais idéias faziam parte do movimento “Desenho Universal” e foram expostas no Congresso de Acessibilidade do Rio de Janeiro, em 1994. Essa idéia de desenho universal (assunto discutido a partir da página 55) veio contribuir para uma visão mais ampla com respeito à acessibilidade, não sendo entendida como sendo algo voltado apenas para deficientes, mas também para gestantes, crianças, obesos e idosos.

No presente momento, torna-se interessante abordar a questão da acessibilidade plena, ou seja, o modo pelo qual se abrange o maior número possível de pessoas. A respeito desse assunto, Bestetti (2002) apud Pistor e Ferrão (2005) comenta que,

no princípio da acessibilidade plena, entende-se que todas as pessoas, sejam quais forem suas condições físicas limitadas ou fora do “padrão” estabelecido por uma escala humana desejável, deverão poder locomover-se e realizar suas atividades e necessidades vitais com toda segurança e independência.

A importância da busca da acessibilidade plena deve partir não apenas dos ditos deficientes, mas de todos aqueles que possuem algum tipo de limitação ou que em algum momento já se sentiram deficientes, fato que provoca um sentimento de incapacidade diante de tal situação e o desejo de que o ambiente tivesse sido planejado ou pelo menos adaptado a suas condições naquele determinado instante.

Com relação a esse assunto, Guimarães (2002) afirma que “qualquer pessoa pode, amargamente, experimentar uma deficiência num instante da vida em que precisa obter algo e em que as condições gerais do espaço construído

não permitem a satisfação dessas necessidades”. O mesmo autor exemplifica essa afirmação por meio de situações que podem acontecer comumente no dia-a-dia das pessoas que não são vistas como deficientes.

A primeira diz respeito à experiência de uma deficiência enfrentada por uma criança quando esta tenta chamar alguém pelo interfone ou atingir um andar por elevador e não consegue alcançar o botão de controle. Um outro caso é a dificuldade enfrentada por uma mulher ao caminhar de salto alto em uma rua inclinada. A terceira situação se refere à problemática de um garçom que tem que passar no estreito espaço entre as mesas de um restaurante congestionado segurando pratos quentes em ambas as mãos. E o último exemplo são as dificuldades enfrentadas por um idoso em tomar banho em um banheiro com piso escorregadio.

Apesar dos exemplos citados estarem relacionados ao cotidiano das pessoas, o turismo também deve se preocupar em oferecer acessibilidade aos turistas. Além de agradar e atrair turistas, a acessibilidade dos locais turísticos pode ser considerada uma forma de inclusão daqueles que se encontram afastados do convívio social, assunto este que vem sendo discutido não só no turismo, mas também em outras áreas como na educação, na engenharia e na tecnologia. Com a definição de inclusão social, Sassaki (2007, p.3) diz que:

A inclusão social pode ser definida como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

O apropriado seria planejar um turismo inclusivo, ou seja, um tipo de turismo que possibilite a pessoas de diferentes idades, gostos e condições físicas a sua realização, desde que possua dinheiro e tempo disponível para isso. Nesse caso a acessibilidade teria um papel indispensável já que de acordo com Guimarães (2002),

(...) está comprovado por vários estudos e experimentações que a inclusão se manifesta pela transformação das atitudes, do comportamento, da administração, do atendimento e da organização físico-espacial ao longo do tempo. Inclusão se manifesta, então, através da acessibilidade. (Guimarães, 2002)

Mas a situação do turismo quanto à acessibilidade ainda não é satisfatória. “O setor de turismo em geral não está preparado para atender adequadamente a todas as pessoas. Hoje, muito pouco é oferecido nos destinos turísticos a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida” (BRAZTOA). De acordo com Costa, diretor técnico da Braztoa, "vemos que não há infra-estrutura na maior parte dos lugares visitados. As dificuldades de acesso são muito grandes. Dificilmente se tem um carro adaptado e não há rampas na maioria dos terminais, pontos turísticos e aeroportos".

A falta de acessibilidade no turismo também é constatada pela organização não-governamental intitulada Cidadão Eficiente de São Paulo, que oferece consultoria na área de Turismo. Segundo a diretora Laura Fernandes, existe no turismo a “carência de informações, de funcionários capacitados, tecnologias, hotéis acessíveis e transporte adequado para o atendimento do

turista com deficiência” (AME - ASSOCIAÇÃO AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS, 2008).

Deve-se considerar que “a incapacidade não está nas pessoas, mas pode ser decorrente dos obstáculos existentes no ambiente físico que as rodeia”. (Bestetti, 2002 apud Pistor e Ferrão, 2005). Por esse motivo o turismo deve buscar eliminar todo tipo de barreira arquitetônica, qualquer elemento que impeça ou dificulte a circulação das pessoas que utilizam o ambiente, a fim de que se possa ter uma acessibilidade ao meio físico. Uma alternativa para se conseguir essa acessibilidade é a utilização do desenho universal, definido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT como sendo “aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população” (NBR 9050, 2004).

2.2.2 Desenho universal

A realidade mostra que o número de pessoas com algum tipo de deficiência vêm aumentando no Brasil, fato que pode justificar a urgência em se planejar melhor as novas construções e fazer o possível para que as existentes sejam adaptadas. Segundo Silva et al (2005), “atualmente as normas que regem o *design* do urbanismo, das edificações, dos transportes e dos meios de comunicação são elaboradas pensando em protótipos como o chamado *homem-padrão*, com capacidades típicas e completas”. Situação essa que deve ser modificada a fim de garantir o acesso de todos os ambientes a todas as pessoas, independente de suas particularidades.

O Censo de 2000 constatou a existência de cerca de 24,5 milhões de pessoas com deficiência física ou mental, o que representa 14,5% da população brasileira. No Censo anterior, de 1991, essa porcentagem era de apenas 1,1% de deficientes. Esse aumento pode ser explicado pelo envelhecimento da população, já que a partir da terceira idade as pessoas começam a apresentar características semelhantes às apresentadas por aquelas que são deficientes, como por exemplo, redução da capacidade de mobilidade, a diminuição da visão e da audição. Pode-se afirmar que ao oferecer um produto turístico que atenda às necessidades dos deficientes, conseqüentemente estará oferecendo o mesmo ao segmento da terceira idade (SANSIVIERO; DIAS, 2005).

Os idosos se enquadram entre as pessoas com mobilidade reduzida, “aquelas que, temporária ou permanentemente, tem limitada a sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo” (NBR 9050, 2004). Também fazem parte desse grupo as pessoas obesas e gestantes. Dessa forma fica mais claro o entendimento da importância da acessibilidade não apenas para os que nos vem em mente quando falamos em deficiente, mas também aos idosos que com o passar dos anos tem sua locomoção, visão e audição fragilizados.

À medida que aumenta nossa idade cronológica, a probabilidade de se ter uma incapacidade também aumenta. A tabela a seguir mostra a proporção de pessoas que possuem algum tipo de incapacidade de acordo com as faixas etárias apresentadas.

TABELA 5: Proporção de pessoas com incapacidades

Faixa etária	Proporção (%)
0 - 21	10%
22 - 44	14,9%
45 - 54	24,5%
55 - 64	36,3%
65 - 79	47,3%
80+	71,5%

Fonte: Ação Brasileira para a Acessibilidade – ABRA

Essa acessibilidade física pode ser alcançada por meio da adaptação dos espaços ou pela sua construção adequada. A adaptação é indicada nos casos em que as construções já apresentem estruturas inadequadas, restando como opção a sua adaptação, ou seja, alterar sua estrutura original a fim de que se tornem acessíveis. Mas o mais correto é que os ambientes já sejam adequados a receber qualquer pessoa, sendo originalmente planejadas para serem acessíveis.

Quanto à diferença orçamentária em construir um ambiente já de forma adequada e de adaptar posteriormente a sua construção, “o projeto que for concebido adequadamente às condições de acessibilidade sofrerá um acréscimo de 1% do valor da obra, e, por outro lado, se precisar ser adequado depois de construído esse valor poderá alcançar 25%” (SANSIVIERO; DIAS, 2005, p. 444).

Para se conseguir um ambiente acessível, podem ser seguidos dois enfoques de atuação: limitado e defensivo, ou seja, projetar e construir os locais sem barreiras aos deficientes; ou ambicioso e finalista, que nada mais é do que desenhar, projetar e construir para todos de forma acessível pela via do desenho universal (ALMEIDA, 2005).

Ambas as técnicas utilizadas são válidas e contribuem para uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas deficientes, com a diferença de que o

primeiro caso, desenho acessível, trata dos produtos e edifícios acessíveis para pessoas portadoras de deficiências, já o desenho universal abrange produtos e edifícios acessíveis e utilizados por todos, inclusive as pessoas portadoras de deficiências” (SANSIVIERO; DIAS, 2005).

Os princípios básicos em que o desenho universal se apóia são: o entorno tem que ser projetado tendo em conta todas as necessidades e os condicionamentos de todas as pessoas e também deve permitir a qualquer pessoa desenvolver-se nele de forma autônoma, segura e cômoda.

Pode-se dizer que o desenho universal é uma técnica mais vantajosa, tanto para o empreendedor que pode disponibilizar com segurança o seu espaço a todas as pessoas, quanto para os usuários do local que se sentirão seguros, independentes, não havendo constrangimento por estar utilizando um espaço específico para ele, mas sim utilizado por todos.

A implantação do desenho universal em um sanitário, por exemplo, estando este localizado em um aeroporto, hotel ou parque, pode vir a reduzir gastos com a construção, já que tal local turístico não precisará construir sanitários extras para deficientes, havendo apenas a distinção entre masculino e feminino. Também trará como vantagem o fato de evitar constrangimentos por parte de deficientes e não deficientes devido a utilização do mesmo sanitário por ambos.

No caso específico da hotelaria, os hóspedes que não possuem nenhum tipo de deficiência preferem não utilizar os apartamentos adaptados, o que reforça a necessidade de cada vez mais utilizar o desenho universal nos empreendimentos turísticos, a fim de que os deficientes não se sintam diferentes

dos demais e não haja essa rejeição por parte dos turistas que não apresentam deficiência, sem falar na economia do empreendimento. (SANSIVIERO; DIAS, 2005). “Quando o produto turístico (...) pode ser utilizado por qualquer pessoa (pessoas adultas, crianças, gestantes, P.N.E., etc.) e é por esse motivo, plenamente acessível, cumpre praticamente todos os requisitos de qualidade” (ALMEIDA, 2005, p. 46).

Infelizmente na atualidade as pessoas têm que se adaptar ao entorno, o qual geralmente não foi projetado pensando em todos. Já a proposta do desenho universal é que seja o entorno quem se acomode às necessidades das pessoas. Mas em casos que o ambiente já foi construído fora dos padrões de acessibilidade, o que ainda predomina, as adaptações são bem vindas, mesmo não sendo a melhor opção. “Errado é adotar medidas paliativas e incompletas, tais como, rampas íngremes e sem corrimão, por exemplo. Afinal, perde-se dinheiro fazendo-se errado o que poderíamos acertar numa só vez” (GUIMARÃES, 2002).

A fim de garantir ou ao menos incentivar a acessibilidade do meio físico aos deficientes e aos outros grupos que este termo engloba, foram criadas as normas de acessibilidade NBR 9050 em 1994, sendo atualizada em 2004. É esta última versão que será comentada de acordo com os objetivos do trabalho, os quais estão relacionados à acessibilidade aos idosos.

2.2.3 Leis e Normas de Acessibilidade

A fim de assegurar a acessibilidade a deficientes e às demais pessoas que necessitam de um ambiente diferenciado, tais como gestantes, idosos e obesos, ou seja, pessoas com mobilidade reduzida (NBR 9050, 2004), é que leis e

normas de acessibilidade são criadas no mundo todo. As normas técnicas são de uso voluntário, passando a ter força de lei quando integram a legislação federal e estadual de uma localidade. A partir do momento em que são regulamentadas e estabelecem penalidades em casos de descumprimento, sendo fiscalizadas pelos órgãos executivos e judiciários, colaboram com o seu cumprimento¹⁷.

No Brasil, quanto a acessibilidade física, podemos contar com a Lei 10.098, criada em 19 de dezembro de 2000 que tem seus objetivos resumidos em seu Art. 1º,

Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Pode-se observar que esta lei tenta abranger o maior número possível de pessoas que podem vir a utilizar determinado meio de transporte, espaços públicos e mobiliários. Fato que comprova a importância de se fazer uso do desenho universal, substituindo a arquitetura destinada apenas aos deficientes, o que de certa forma, os excluem das demais pessoas. Pensando nos princípios que regem o desenho universal é que também são criadas as normas de acessibilidade.

A ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, afiliada à ISO – Organização Internacional para Normatização, é o organismo legalmente responsável pelas normas técnicas no Brasil. A ABNT atua desde 1940, possuindo um Comitê Nacional de Acessibilidade desde o ano de 2000.

¹⁷ Informações concedidas pela ABRA, retiradas do site acessibilidade digital. (<http://www.acessibilidade.org.br/acessibilidade.htm>)

Na atualidade, existem normas que garantem a acessibilidade em mobiliários, equipamentos urbanos, elevadores e em meios de transporte. A NBR 9050 de 2004, por exemplo, se refere à acessibilidade física em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Esta norma substitui a NBR 9050 de 1994, sendo então a segunda edição desta norma.

A NBR 9050 (2004, p. 9) “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade”. Essa mesma norma de acessibilidade “visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos”.

Um dos temas presentes nesta norma diz respeito à área de circulação em ambientes internos. São apresentados critérios a serem seguidos com relação à locomoção de pessoas em pé, tanto às independentes quanto às que fazem uso de bengalas, muletas ou andador e às pessoas sentadas, ou seja, os cadeirantes. Além de um espaço adequado para o seu deslocamento, são expostas normas quanto ao piso utilizado nos ambientes. “Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição” (NBR 9050: 2004, p. 39).

Outro fator que pode vir a influenciar diretamente o deslocamento de pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, é a localização e a medida dos elevadores, portas, barras de apoio, maçanetas, degraus e corrimãos. Essas normas também se tornam importantes para a utilização independente de objetos, tais como, telefone, interfone, janela, bebedouro, mesa, assento e balcão.

A sinalização também está presente na NBR 9050, trazendo três formas de comunicação que devem estar presentes nos ambientes acessíveis: tátil, por meio de figuras em relevo ou em Braille¹⁸; visual, com a utilização de textos e figuras com tamanho e cores apropriados; e sonora, por meio de recursos auditivos. Tais sinalizações indicam a presença de obstáculos, de desníveis ou saídas de emergência, bem como demais informações relevantes.

Além das normas a serem seguidas em ambientes internos de bens tombados, cinemas, locais de comércio, teatros, escolas, delegacias e locais de esporte, lazer e turismo, também são apresentadas normas de acessibilidade em calçadas, faixas de pedestre e passarelas. Todas elas levam em consideração as limitações das pessoas, facilitando o máximo possível sua locomoção e a utilização de tudo que se encontra no ambiente.

A acessibilidade em meios de transporte não está presente na NBR 9050: 2004, sendo abordada separadamente, como por exemplo, na NBR 14022: 1997 e a NBR 15320: 2006 que dizem respeito à acessibilidade em transporte rodoviário. De modo geral, elas consideram um veículo acessível aquele que possui pelo menos uma porta para embarque e desembarque, assentos reservados, espaço destinado aos cadeirantes, piso antiderrapante, dentre outros detalhes. Mesmo se tratando de normas distintas da NBR 9050 (2004), considerou-se relevante comentá-las, já que a pesquisa realizada no Parque Estadual de Vila Velha, abrange além dos ambientes do Parque os ônibus utilizados nos passeios.

¹⁸ O Sistema Braille é um sistema de leitura e escrita tátil que consta de seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas de três pontos.

As normas citadas, bem como as demais existentes, devem ser utilizadas pelo setor turístico como forma de fazer com que deficientes, gestantes, obesos e idosos tenham suas particularidades respeitadas. No caso específico do turista de terceira idade, é importante que possa se sentir independente e seguro, por isso deve haver a preocupação por parte dos profissionais que trabalham com a atividade turística em oferecer produtos e serviços de acordo com as suas necessidades.

Nos espaços naturais, como é o caso do Parque Estadual de Vila Velha – PR, deve haver cuidados especiais quanto à área de circulação disponibilizada, a visualização de painéis e placas contendo informações e indicações e a audição com clareza das informações concebidas por funcionários e estagiários. E é com base nesses três aspectos principais que foi realizada uma pesquisa de campo com os turistas de terceira idade que visitaram o Parque, a qual será discutida no último capítulo. Mas antes dessa discussão sobre a pesquisa, é importante que o turismo em áreas naturais seja abordado, já que se encontra interligado ao Parque, compondo o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

3.1 O MERCADO DO ECOTURISMO

O turismo em áreas naturais não surgiu de repente, assim como não se resume a visitação e a utilização dos recursos naturais (assuntos discutidos ao longo do presente capítulo). Possivelmente essa prática veio se desenvolvendo a partir de fatores sociais, tais como a urbanização, que fizeram com que o homem fosse em busca da natureza, a fim de aliviar suas tensões do dia-a-dia.

Pode-se afirmar que a procura cada vez maior pelo turismo de natureza, atividade que cresce a uma taxa de 10% a 30% ao ano, enquanto a atividade turística de modo geral cresce a uma taxa média anual de 4%,” (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1993 apud KINKER, 2005), pode está relacionado a dois fatores principais: a busca por melhor qualidade de vida, adquirida a partir da fuga do caos e do alívio do estresse causado pelo meio urbano; e o surgimento e fortalecimento de uma ética ambiental (D' AMORE, 1993 apud KINKER, 2005).

Para Cid (2005), “a questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis”. Essa preocupação das pessoas com relação à natureza e conseqüentemente com a garantia de sua melhor qualidade de vida, também pode ser um incentivador do interesse destas em estar em contato com o meio ambiente, a fim de que possa conhecê-lo e mais facilmente preservá-lo.

A partir dessa busca do homem pelos recursos naturais, a atividade turística em áreas naturais ganha espaço e um maior número de adeptos que utiliza os recursos naturais do local visitado, por meio da prática do turismo de aventura, turismo rural, ecoturismo, dentre outros segmentos do turismo de natureza. Para que essa procura cada vez maior não traga mais problemas para o meio ambiente natural, foram sendo criadas modalidades de turismo que além de incentivar o contato do visitante com a natureza também busca uma conscientização a respeito da situação que esses locais vem enfrentando, como é o caso do ecoturismo, segmento do turismo de natureza que é desenvolvido no Parque Estadual de Vila Velha, local de realização do estudo de caso discutido no próximo capítulo.

Com relação às características do ecoturismo, Bueno (2006) faz o seguinte comentário:

O ecoturismo caracteriza-se por um tipo de viagem realizada em meio à natureza, que utiliza predominantemente recursos naturais como forma de atração turística, os quais se constituem como matérias-primas para o desenvolvimento do ecoturismo. Trata-se de um movimento turístico recente, que tem obtido relevâncias tanto econômicas, sociais, culturais quanto ambientais, pois como relembra Serrano (2000), mesmo antes das definições dos termos e da comercialização de atividades relacionadas ao ecoturismo, já se destacavam algumas viagens à natureza.

A palavra ecoturismo começou a ser utilizada no começo dos anos 80, acompanhando o crescimento do interesse mundial pela conservação do meio ambiente natural e também como forma de reação aos impactos negativos causados pelo turismo de massa nesses locais. Diferencia-se dos demais segmentos do turismo de natureza por abranger em sua conceituação a aplicação de princípios e valores éticos, o comportamento do turista, a valorização das

culturas locais, o conceito de sustentabilidade com desenvolvimento e a experiência educacional interpretativa. Os recursos naturais são utilizados de maneira indireta, ou seja, nada é retirado do ambiente, sendo apenas apreciado (KINKER, 2005).

Sobre a questão da sustentabilidade no turismo, Agnes (2003) faz a seguinte observação:

O Turismo Sustentável pode ser compreendido como um segmento do Turismo que tem apresentado altos índices de crescimento, sendo uma tendência atual. Isso implica em uma demanda crescente de turistas para áreas naturais, em busca de um maior contato com a natureza.

O termo “desenvolvimento sustentável”, tendo como objetivo “melhorar a qualidade de vida humana sem diminuir a capacidade de carga dos ecossistemas que a sustentam, ou sem degradar ou esgotar os recursos que o tornam possível” (IUCN/Pnuma/WWF, 1991 apud KENKER, 2005), leva em conta não só o fator econômico, mas também os fatores ambientais e sociais (KINKER, 2005).

3.1.1 Unidades de Conservação

Uma das opções de turismo em áreas naturais, mais especificamente do ecoturismo, são as atividades desenvolvidas em Unidades de Conservação, propícias a prática do ecoturismo, onde a sustentabilidade torna-se fundamental.

Essas Unidades podem ser definidas como:

espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo os recursos hídricos protegidos por lei, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, 2000).

De acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza/SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação de acordo com as categorias: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, 2006). Dentre os vários objetivos do SNUC, cita-se no Capítulo II, Art. 4º, inciso XII: “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo” (KINKER, 2005. p. 35).

Nas Unidades de Uso Sustentável, o aproveitamento econômico direto dos recursos é permitido, o que não significa utilizar a área de forma devastadora, mas sim, usufruir os seus recursos naturais de maneira direta, sem abandonar a idéia de sustentabilidade. Dividem-se em sete categorias diferentes, as quais não serão detalhadas neste trabalho (KINKER, 2005).

Já as Unidades de Proteção Integral têm como objetivo principal a preservação da natureza, sendo destinadas à manutenção dos ecossistemas livres de alteração por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Permite-se a realização de pesquisas, atividades de educação ambiental e turismo ecológico. Encontram-se divididas em categorias, sendo elas: estação ecológica reserva biológica, parque nacional/estadual/municipal, monumento natural e refúgio da vida silvestre (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, 2006; KINKER, 2005).

No caso específico dos Parques Nacional/ Estadual/ Municipal, estes têm como objetivo “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. (...) são permitidos a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação, a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Secretaria de estado do meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, 2006).

A fim de que seu objetivo seja alcançado, mesmo havendo a presença humana constante nesses locais, torna-se necessário aos parques a criação de um plano de manejo, que nada mais é do que: “um documento que reúne um conjunto de atividades, através das quais as Unidades de Conservação poderão cumprir seu objetivo, ou seja, proteger os importantes ecossistemas que abrigam” (IAP, 2008).

Ainda de acordo com o Instituto Ambiental do Paraná (2008):

o plano de manejo estabelece diretrizes básicas para o manejo das unidades, sendo reavaliado constantemente de modo a manter-se sempre ajustado às mudanças que ocorrem na realidade. Não se restringe apenas à área da unidade, mas avança para a vizinhança, prevendo parcerias com prefeituras, organizações da sociedade civil, moradores e empresas, tendo em vista a proteção ambiental das áreas naturais protegidas.

Realizar o manejo de uma área protegida significa lidar adequadamente com todos os recursos existentes nela, biofísicos ou humanos, fato que torna necessário o conhecimento dos recursos naturais, bem como das características e necessidades daqueles que fazem uso da área.

Por esse motivo “a infra-estrutura adequada à recepção do turista é fundamental para o desenvolvimento do ecoturismo, pois minimiza o impacto no meio ambiente, fornece um grau de auto-suficiência funcional e contribui para a

melhoria da qualidade da experiência do visitante” (Ceballos-Lascuráin 1995). É de fundamental importância que as instalações sejam acolhedoras e apropriadas, a fim de facilitar a interpretação, a utilização e a sua manutenção.

Devido a inevitável mudança nos índices demográficos, a tendência é que cada vez mais os turistas de terceira idade estejam presentes em todas as suas áreas, inclusive nas unidades de conservação, como é o caso do Parque Estadual de Vila Velha. Por esse motivo, os empreendimentos ecoturísticos devem estar preparados para receber esse segmento, proporcionando a eles uma experiência agradável em contato com a natureza (LINDBERG ; HAWKINS, 2001).

3.1.2 Parque Estadual de Vila Velha

O Parque Estadual de Vila Velha foi criado no ano de 1953 e tombado em 1966 pelo Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, tendo como objetivo preservar as formações areníticas, a flora e a fauna presentes no Parque. A gestão do local fica por conta do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, contando com a fiscalização realizada pela Polícia Ambiental do Paraná (IAP, 2008).

O Parque Estadual de Vila Velha está localizado no Município de Ponta Grossa, às margens da Rodovia BR-376, no km 515, a 20 km do centro da Cidade de Ponta Grossa. Funciona todos os dias, com exceção da terça-feira que encontra-se fechado para manutenção, sendo permitida a entrada de visitantes a partir das 08:30 até às 15:30 horas. As duas linhas de ônibus que passam em frente ao Parque são operacionalizadas pela Viação Campos Gerais, que parte de Ponta Grossa e pela Princesa dos Campos, que parte de Curitiba. Por via aérea,

pode-se ir até Curitiba e posteriormente deve-se utilizar a via terrestre para se chegar até o Parque (IAP, 2008).

Ainda de acordo com o IAP, essa Unidade de Conservação conta com uma guarita localizada em sua entrada, onde o visitante é identificado e recebe as devidas informações sobre o Parque, e com um estacionamento que tem capacidade para 300 veículos de pequeno porte e 11 de maior porte (ônibus e caminhões). Ao chegar no Centro de Visitantes, são transmitidas informações gerais com a exibição de um vídeo educativo/informativo sobre o Parque e a região dos Campos Gerais. É também no Centro de Visitantes que ocorre o deslocamento até os atrativos por meio de transporte interno e onde está localizada a infra-estrutura de apoio do parque, como recepção, auditório, lanchonete, administração, bilheteria e sanitários.

O IAP (2008) também informa que nos 3.122,11 hectares do Parque, os atrativos que se destacam são os Arenitos, as Furnas e a Lagoa Dourada. Sua formação data de em média 340 milhões de anos, tendo a ação das chuvas como uma das responsáveis por esculpir os arenitos. As formações rochosas encontradas na trilha dos Arenitos possuem formas variadas, sendo algumas delas, o índio, a garrafa, a bota e a taça que é o símbolo do Parque. A trilha é alto-guiada, possuindo 2671m de extensão, percurso que se realiza em aproximadamente 2 horas. De acordo com o Plano de Manejo (2002) do Parque, a capacidade de suporte é de 815 pessoas por dia.

Com relação às Furnas, estas são caracterizadas como depressões circulares, resultantes principalmente da erosão subterrânea, possuindo diâmetro médio de 80 metros e profundidade em torno de 100 metros. O passeio oferecido

pelo Parque abrange as furnas 1 e 2, nas quais contém um volume significativo de água no seu interior. Além da sua observação utilizando os mirantes, a fuma 1 também disponibiliza o elevador, atualmente inativo, como mais um mirante, de onde mais facilmente pode-se observar os andorinhões, pássaros que habitam tal fuma. O passeio pelas furnas é realizado com a presença de condutor, sendo percorrida uma extensão de 500m durante em média 1 hora. Para tal passeio o Plano de Manejo (2002) determinou como capacidade de suporte o número de 349 pessoas por dia (IAP, 2008).

Já a Lagoa Dourada, possui a mesma origem das Furnas, a qual foi sendo preenchida por sedimentos trazidos provavelmente pelos Rios Guabiroba e Tibagi. (LE BRET, 1974 apud MELO, 2006) No local é possível encontrar diversas espécies de peixe, que podem apenas ser observados pelos visitantes. Assim como o passeio pelas furnas, na Lagoa Dourada também é realizado com a presença de condutor do Parque, que percorre junto com os visitantes uma extensão de 400m, em um tempo de aproximadamente de 40 minutos. Sua capacidade de suporte, conforme o Plano de Manejo (2002) é de 558 pessoas por dia (IAP, 2008).

Segundo a administração do Parque, para a realização dos passeios são cobradas taxas, tendo seus valores revertidos na estruturação e manutenção do Parque. Esses valores são diferenciados: os estrangeiros pagam o valor integral (R\$25,00), os residentes de Ponta Grossa e estudante pagam R\$9,00 e os demais brasileiros pagam R\$18,00. Já as escolas públicas, menores de 6 anos, maiores de 60 anos, deficientes, servidores público, guias de turismo e motoristas de excursões, escoteiros e pesquisadores estão isentos da taxa.

O Parque também possui quiosques que estão localizados a 400 m do estacionamento, onde há água potável, sanitários, pontos de descanso, sendo permitido lanches frios (piqueniques). A utilização desses quiosques não é cobrada e o acesso até eles pode ser realizado por meio de carro próprio ou a pé, não necessitando a utilização do transporte do parque (PEVV, 2008).

O Parque Estadual de Vila Velha trata-se de um dos atrativos da cidade, recebendo em média 90.000 visitas aos seus atrativos em um período de 12 meses, segundo os dados referentes aos anos de 2007 e 2008. Ainda de acordo com dados internos do Parque, o número de pessoas que o visitaram neste ano, de janeiro a 07 de outubro, somam 61 512 visitas aos arenitos, furnas e lagoa dourada. Dentre as sete categorias de bilhetes vendidos, o turista de terceira idade encontra-se entre os quatro maiores números, fato que pode ser observado na tabela a seguir (PEVV, 2008).

TABELA 6: Resumo de visitas no Parque Estadual de Vila Velha, 2008 (janeiro – 07 de outubro)

Componente	Inteira	Meia	< 6	> 60	Estudante	Deficiente	Guias
Arenitos	14.333	13.356	1.777	2.717	5.490	372	725
Lagoa Dourada e Furnas	6.732	7.822	811	1.535	5.090	178	574
Total	21.065	21.178	2.588	4.252	10.580	550	1.299

Fonte: Controle de visitas do Parque Estadual de Vila Velha, 2008.

Em toda a área do Parque podem ser desenvolvidas atividades variadas, tais como: caminhar, contemplar a paisagem, desenvolver atividades de educação ambiental, fotografar e desenvolver pesquisas científicas. “O número de dias aproveitáveis para os passeios no Parque é maior entre abril e agosto. Nos meses de janeiro e fevereiro, somente 50% dos dias, em média, não têm chuva” (IAP, 2008). Durante as atividades desenvolvidas no Parque, devem ser respeitadas as suas normas, a fim de que esta Unidade de Conservação tenha suas características preservadas.

CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

4.1 UNIVERSO DA PESQUISA

O local de pesquisa, o Parque Estadual de Vila Velha, está localizado na cidade de Ponta Grossa, podendo ser considerado um dos seus atrativos que mais recebe turistas e mais bem estruturado. Além da sua importância para a cidade, sua escolha como local para a realização da pesquisa resultou da observação das dificuldades enfrentadas pelos idosos durante os passeios e à considerável presença de turistas idosos no Parque. E é com relação à infraestrutura e ao atendimento oferecidos pelo Parque aos turistas de terceira idade que a pesquisa de campo foi realizada.

O Parque foi analisado de acordo com a utilização pelos idosos de sua infraestrutura, abrangendo os seguintes ambientes: estacionamento, área de lazer, recepção, bilheteria, sala de projeção, lanchonete, sanitários, sala dos campos gerais, ônibus e trilhas (Furnas, Arenitos, Lagoa Dourada e Bosque). Quanto ao atendimento, este foi avaliado a partir da maneira como o idoso foi acompanhado e recebeu as devidas informações a respeito do Parque, não sendo limitada aos condutores, mas também incluindo nessa avaliação as pessoas que trabalham na lanchonete, na bilheteria e na portaria.

4.2 AMOSTRA

A amostra a ser estudada foi definida de forma intencional pela pesquisadora, ou seja, não houve a utilização de critérios estatísticos para a sua determinação (DENCKER, 2000). Sendo assim, não foi definida uma quantidade de turistas a serem entrevistados a partir do número de idosos que visitam o Parque. Essa amostra trata-se de todos os turistas de terceira idade que visitaram o Parque e que aceitaram responder o questionário. Durante os dias 19 de setembro a 10 de outubro, período de pesquisa, totalizando 22 dias, o questionário foi aplicado a 52 turistas idosos que visitaram o Parque durante o período de pesquisa, sendo respondido pelos participantes após a visita pelas trilhas, de forma que não atrapalhasse seu passeio.

4.3 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa qualitativa, que de acordo com Dencker (2000, p.97), consiste na “observação dos fenômenos sociais, feita de maneira intensiva, a qual implica a participação do pesquisador no universo de ocorrência desses fenômenos” desenvolvida no Parque Estadual de Vila Velha, primeiramente foi elaborado um questionário teste (apêndice A), a partir da pesquisa em fontes primárias, mais especificamente, com base na Norma de Acessibilidade da ABNT, NBR 9050:2004 e materiais referentes ao idoso. Essa pesquisa procurou levantar dados suficientes para a construção de um instrumento de pesquisa _ o questionário_ que fosse capaz de avaliar o nível de acessibilidade oferecido pelo Parque ao turista de terceira idade.

Neste questionário foi dado destaque à acessibilidade durante a locomoção dos visitantes, a leitura de informativos e instrumentos indicativos, bem como a clareza das explicações concedidas por funcionários e estagiários em toda a área do Parque. Tal instrumento foi submetido a um pré-teste, realizado no dia 01 de agosto deste ano, a três voluntárias, levadas ao Parque pela pesquisadora, com idade igual ou superior a sessenta anos. O questionário foi aplicado fora da área do Parque, com o devido consentimento da gerência, após os voluntários conhecerem o Parque e realizarem os passeios oferecidos pelo mesmo.

Esse teste teve como objetivo analisar a estrutura do questionário, a clareza das questões e as possíveis sugestões dadas pelas voluntárias. A partir desse teste o questionário foi revisado, sendo definida sua estrutura, ou seja, as questões 4 e 5 foram transformadas em uma única questão e foi incluída uma

questão na qual o visitante poderia indicar o local do Parque aonde encontrou determinada dificuldade com relação à sua acessibilidade.

Após o encaminhamento de um projeto de pesquisa, ou seja, “documento que explicita as ações que serão desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa” (DENCKER, 2000, p.50) e as demais documentações ao IAP – Instituto Ambiental do Paraná, a autorização foi concedida em um prazo de aproximadamente 30 dias.

Durante a primeira semana de pesquisa, pôde-se observar que o questionário ainda necessitava de algumas alterações, com base nas dificuldades enfrentadas pelos participantes em compreendê-lo e por perceber que havia um certo constrangimento no momento de respondê-lo.

Assim como já havia sido percebido durante a realização do pré-teste, os idosos ainda possuem uma certa resistência em admitir suas dificuldades, como se essa palavra representasse a admissão de sua velhice e a confirmação de incapacidades. Por esse motivo, a palavra “dificuldade” foi retirada do questionário e apenas a primeira questão continuou de forma direta, sendo a segunda, realizada de maneira indireta.

A estrutura definitiva do questionário (ver em apêndice B) é composta por perguntas fechadas, abertas e encadeadas (quando a resposta da segunda pergunta está condicionada à primeira questão formulada), sendo anônimo. A primeira questão refere-se a faixa etária do turista, apresentadas de acordo com o modo utilizado pela RIPSA, havendo também a opção de não especificar sua idade. A questão 2 é composta pelas letras a, b e c, estando separadas de acordo

com o assunto. Caso o participante assinale alguma sugestão ou cite outra não apresentada no questionário, também deve especificar o local.

Também foram disponibilizadas alternativas em que o participante tem a oportunidade de indicar que não há necessidade de haver modificações, já que a pesquisa não tem como intenção induzir o turista a afirmar que o Parque não é acessível ao turista de terceira idade e sim, descobrir se os idosos enfrentam dificuldades ao visitá-lo e quais são essas dificuldades.

4.4 RESULTADOS

Ao término da pesquisa de campo, por meio das respostas dadas pela amostra, foi possível definir a freqüência de idosos de acordo com a sua faixa etária. Situação que pode ser observada por meio do gráfico abaixo:

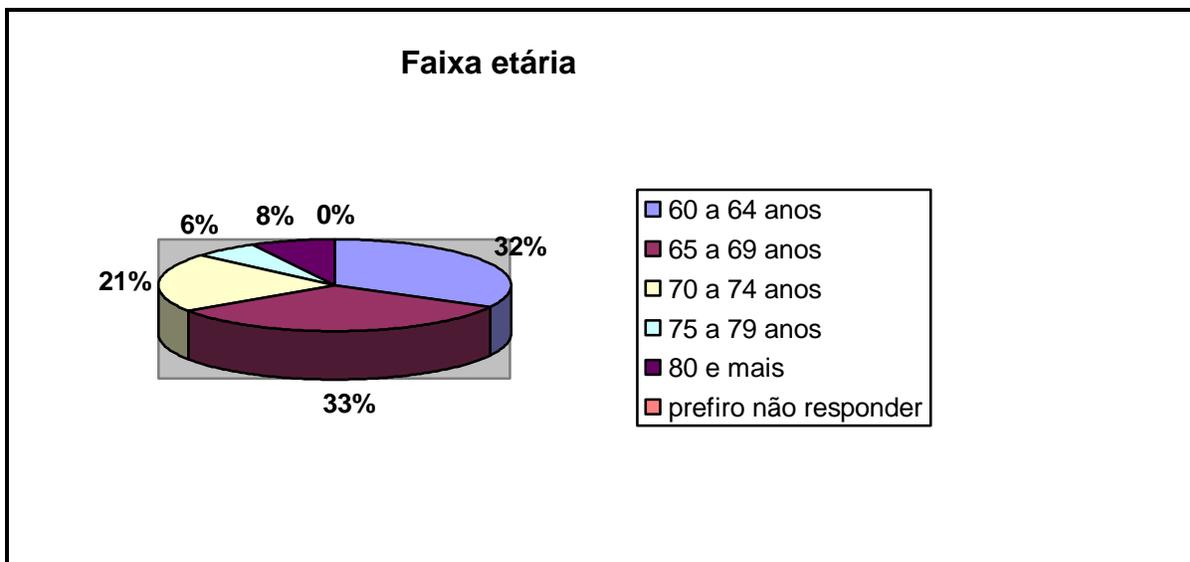


GRÁFICO 1 – Faixa etária da amostra

Dentre os 52 participantes, 17 se enquadraram na faixa etária de 60 a 64 anos; outros 17 pertencem a faixa etária que segue, 64 a 69 anos; 11 idosos responderam estar na faixa de 70 a 74 anos; 3 possuíam de 75 a 79 anos e 4 tinham 80 anos ou mais. A última alternativa dessa primeira questão, aonde era possibilitado ao idoso não identificar sua idade, não foi escolhida por nenhum dos participantes.

A segunda questão, composta pelas letras a, b e c, é composta por questões abertas, fechadas e encadeadas, referentes à possibilidade de modificações na infra-estrutura e no atendimento do Parque, a fim de melhorar a

acessibilidade aos turistas de terceira idade no local. A letra “a” diz respeito à leitura de placas e painéis presentes no universo de pesquisa, tendo o gráfico a seguir para a melhor visualização desses dados.

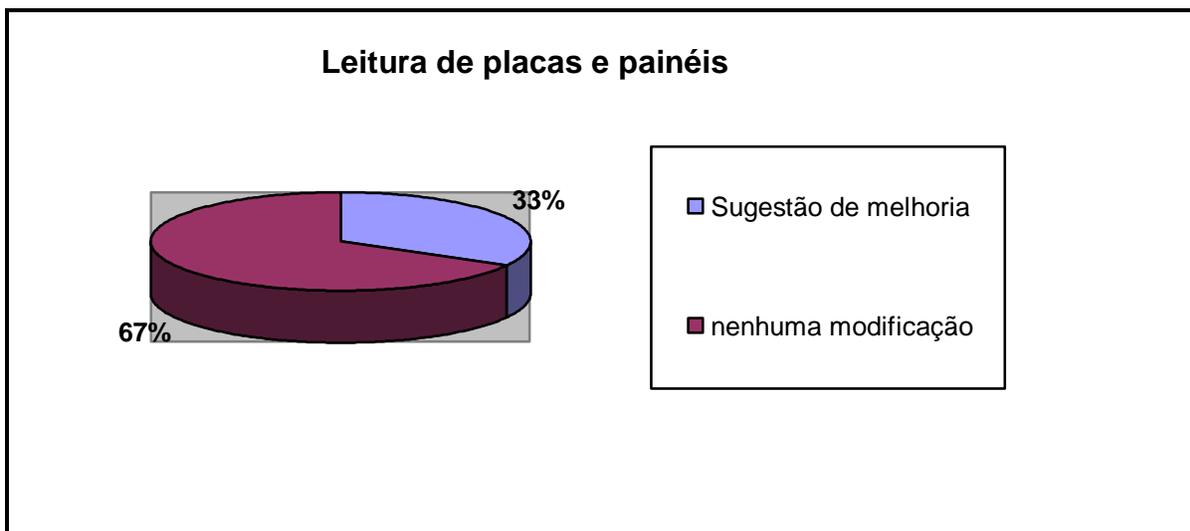


GRÁFICO 2 – Leitura de placas e painéis pela amostra

Com relação à porcentagem de participantes que sugeriram alguma modificação, 67% respondeu que não precisa haver nenhuma **melhoria** quanto a visualização de placas e painéis, enquanto 33% sugeriu alguma modificação, as quais se encontram logo a seguir.

- As letras poderiam ser maiores (9 respostas);
- A cor das letras poderia ser mais contrastante (6 respostas);
- As placas e painéis poderiam estar situados em locais com melhor iluminação (13 respostas);

Dentre as respostas positivas quanto a necessidade de modificações nas placas e painéis presentes no Parque, que somam 28 respostas, o quadro que segue traz as sugestões e os locais aonde estas poderiam ser implantadas.

Sugestões	Local	Trilha dos Arenitos
Letras maiores		9
Cor mais contrastante		6
Melhor iluminação		13

QUADRO 1: Sugestões quanto à leitura de placas e painéis

As fotos a seguir mostram algumas das placas presentes na Trilha dos Arenitos.



FIGURA 3 – Foto: Placa – Trilha dos Arenitos



FIGURA 4 – Foto: Placa – Trilha dos Arenitos



FIGURA 5 – Foto: Placas - Trilha dos Arenitos

É possível observar por meio do quadro apresentado que todas as sugestões quanto à melhoria na leitura de placas e painéis foram dadas a Trilha dos Arenitos, ou seja, os participantes apontaram que as placas e painéis

presentes nessa trilha poderiam estar situados em locais com melhor iluminação e possuir letras maiores e com cor mais contrastante.

Quanto ao atendimento, que se referia ao momento em que o condutor acompanhou o idoso e ao modo como os atendentes se comunicaram com o turista de terceira idade, foi avaliado na questão “b” do questionário.

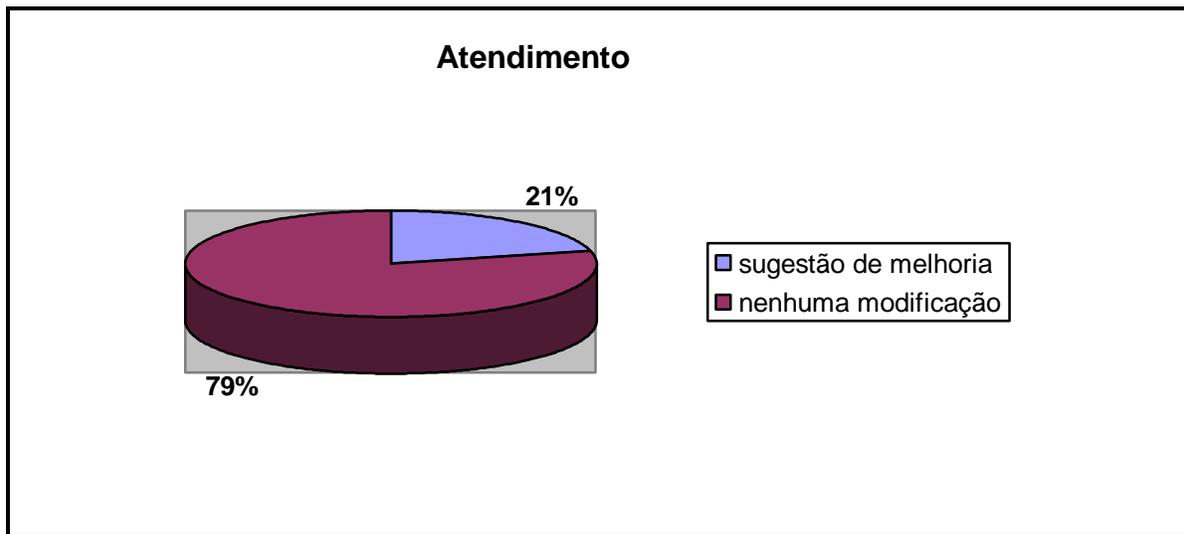


GRÁFICO 3 –Atendimento à amostra

Como se pôde observar 79% da amostra respondeu que não é necessária nenhuma melhoria quanto ao atendimento no Parque, e 21% sugeriu modificações no atendimento aos idosos, descritos em seguida.

- Os atendentes poderiam falar mais alto (3 respostas);
- Os atendentes poderiam falar mais devagar (6 respostas);
- Os condutores poderiam andar mais devagar (3 respostas).

Nesses casos, foram apontados mais de um local aonde tais modificações poderiam acontecer. O quadro a seguir mostra essa situação, na qual os números representam a quantidade de respostas quanto os locais sugeridos para determinada modificação:

Locais \ Sugestões	Recepção	Trilha dos Arenitos	Trilha das Furnas
Falar mais alto	1	2	
Falar mais devagar		6	
Andar mais devagar		1	2

QUADRO 2 – Sugestões quanto ao atendimento

A última questão, letra “c”, diz respeito à locomoção do idoso no Parque, possuindo assim como as demais questões pertencentes à pergunta de número 2, respostas de múltipla escolha.

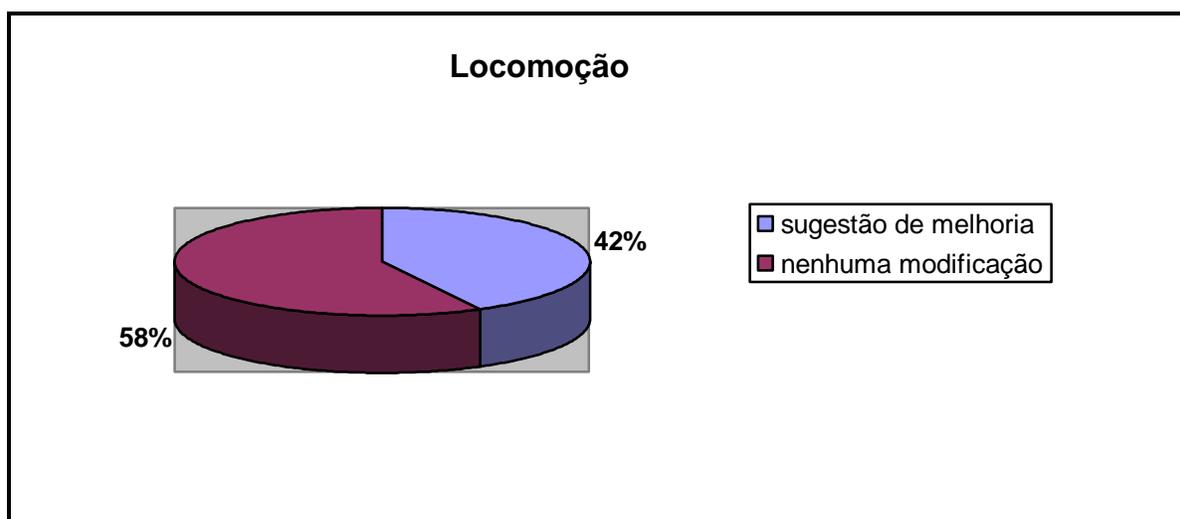


GRÁFICO 4 –Locomoção da amostra

Dentre os participantes da pesquisa, 58% respondeu que nenhuma modificação precisa ser feita para a melhoria da locomoção dos idosos, assim como 42% se posicionou a favor de modificações que venham contribuir com o melhor acesso físico ao idoso que visita o Parque. Essas sugestões estão detalhadas a seguir.

- Poderiam haver mais corrimãos/barras de apoio (5 respostas);
- Poderiam haver menos degraus/escadas (11 repostas);
- Poderia existir sinalização indicando a presença de desníveis (5 respostas).

O quadro abaixo mostra em quais locais do Parque as modificações citadas acima poderiam acontecer:

Locais	Ônibus	Trilha dos Arenitos	Trilha das Furnas	Trilha do Bosque
Sugestões				
Mais corrimão/barras de apoio		2		3
Menos degraus/escadas	2	6	1	2
Sinalização de desníveis		1		4

QUADRO 3 – Sugestões quanto à locomoção

As fotos a seguir se referem aos locais aonde, segundo a amostra, poderiam haver mais corrimãos/barras de apoio, provavelmente pela presença de grande número de degraus/escadas.



FIGURA 6 – Foto: Escada/Degraus – Trilha dos Arenitos

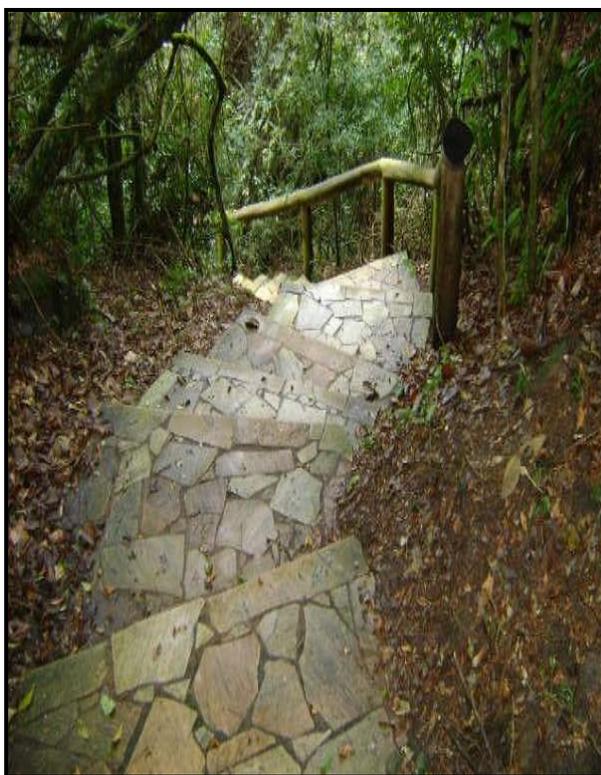


FIGURA 7 – Foto: Escada/Degraus – Trilha do Bosque

Além desses locais aonde não existem corrimãos/barras de apoio, há também os que contam com esse instrumento de acessibilidade, mas mesmo assim são considerados insuficientes devido à presença de escadas/degraus.



FIGURA 8 – Foto: Escada/Degraus - Ônibus

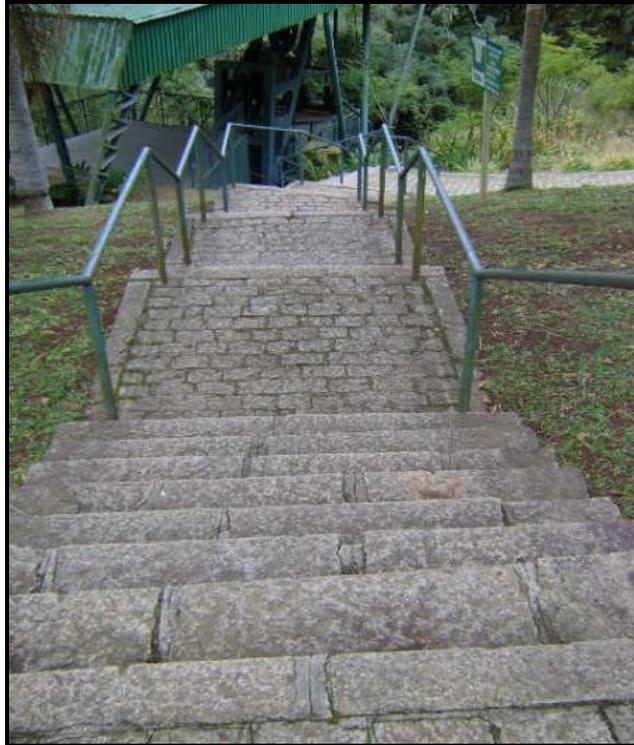


FIGURA 9 – Foto: Escada/Degraus – Trilha das Furnas



FIGURA 10 – Foto: Escada/Degraus – Trilha do Bosque



FIGURA 11 – Foto: Escada/Degraus – Trilha dos Arenitos (Ponto 1)

No caso da locomoção, além das opções oferecidas pelo questionário, também foram dadas outras sugestões, sendo elas:

- Disponibilizar um ônibus que leve os visitantes do estacionamento até o centro de visitantes;
- Diminuir a altura dos corrimãos presentes na trilha de furnas;
- Disponibilizar um tempo maior para o passeio em furnas e lagoa dourada;
- Aumentar a largura da trilha dos arenitos e do bosque.

4.4.1 Análise dos Resultados

Por meio dessa pesquisa qualitativa, realizada com os turistas de terceira idade que visitaram o Parque na companhia de suas famílias ou de amigos, foi possível chegar a determinadas conclusões, tanto com relação a acessibilidade no Parque, quanto a respeito de algumas características do turista de terceira idade.

Com relação aos dados anteriormente expostos, pode-se afirmar que a faixa etária, dentre os idosos, que mais frequenta o Parque são os turistas de sessenta a sessenta e quatro anos e os de sessenta e cinco a sessenta e nove anos. Quanto a avaliação da acessibilidade, relacionada à visão, atendimento e locomoção, de modo geral os idosos encontram-se satisfeitos com a acessibilidade oferecida pelo Parque.

Dentre os assuntos abordados na questão 2 do questionário, as respostas quanto a necessidade de melhorias voltadas a locomoção do idoso, estiveram praticamente divididas, onde 58% afirmou não haver necessidade de modificações, enquanto 42% assinalou alguma sugestão presente no instrumento de pesquisa ou deram sua própria opinião.

Já nos casos referentes a visão e ao atendimento, ocorreu uma acentuada diferença, onde as respostas negativas às mudanças predominaram. Pode-se concluir que detalhes no atendimento e na comunicação visual utilizada pelo Parque devem ser consideradas, mas maior atenção deve estar voltada à facilitar a locomoção dos idosos, principalmente no ônibus por meio da presença de elevadores (o que já acontece em 1 dos 3 ônibus do Parque), e nas trilhas dos arenitos, bosque e furnas.

Além dessas conclusões, a pesquisa também trouxe alguns resultados inesperados, que podem vir a contribuir para com um futura pesquisa ou a continuidade desta. Uma dessas observações pode ser feita quanto a visão do idoso sobre

acessibilidade. Pôde-se observar que de modo geral a terceira idade só considera importante tornar um local acessível em casos que sua ausência se manifesta como um impedimento de algo que se deseja realizar. Não vêem a acessibilidade como um direito do idoso, que deve servir como ferramenta facilitadora de todas as atividades, inclusive do turismo.

Também ocorreu durante a pesquisa, uma certa resistência por parte dos turistas de terceira idade em assumir a sua condição de idoso, possuidor de características próprias de sua fase da vida, tais como dificuldades em sua locomoção, audição e visão. Percebeu-se um certo constrangimento em admitir que se determinadas modificações ocorressem a sua visita pelo Parque seria mais fácil e mais prazerosa.

Uma outra observação realizada foi a aceitação dos empecilhos por se trata de uma visita a área natural, aonde o contato com os recursos naturais possivelmente reduziram o grau de exigência característico da terceira idade. O fato de já irem ao Parque preparados para enfrentar determinadas dificuldades pode ser um outro motivo pelo qual o idoso apontou de modo geral uma baixa porcentagem de melhorias que deveriam ser feitas.

Uma outra suposição diz respeito ao fato de todos os participantes saírem satisfeitos do Parque. Essa satisfação fez com que os pontos negativos do passeio não fossem considerados suficientemente importantes a ponto de serem relatados nessa pesquisa. Essa situação mostra o alcance a até mesmo a superação das expectativas do idoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral que se pretendia alcançar por meio do presente estudo era a análise do grau de acessibilidade oferecida pelo Parque Estadual de Vila Velha aos turistas de terceira idade. A fim de conseguir resultados possíveis de serem analisados, pesquisas em materiais sobre o aumento do número de idosos, o turismo para a terceira idade, a acessibilidade, os direitos dos idosos, a potencialidade de consumo do turista de terceira idade e o turismo em áreas naturais, foram realizadas.

Percebeu-se que ainda existe uma carência de material a respeito dos assuntos acima citados, situação que aos poucos provavelmente deverá mudar, já que o envelhecimento da população é um fator esperado e por meio dos poucos estudos sobre o potencial econômico, assim como o desejo do idoso em participar de atividades turísticas, comprovam que a busca da terceira idade pelo turismo tende a crescer.

Uma das conseqüências dessa baixa quantidade de pesquisa sobre o turista de terceira idade, é a pouca oferta de produtos turísticos especializados no nesse segmento, o qual se vê obrigado a se adaptar aos serviços e produtos planejados para outros tipos de turistas. A fim de que o presente trabalho de conclusão de curso venha a colaborar com pelo menos a redução dos improvisos e do desconforto causado pela ausência de acessibilidade, o estudo de caso no Parque foi realizado e seus resultados analisados.

Além dos dados coletados durante o período de pesquisa, foi possível se conhecer outras necessidades do idoso quanto à acessibilidade que não foram pensadas pela autora. Assim como as situações ocorridas durante essa pesquisa, contribuíram por meio da possibilidade de se ter conhecimento da necessidade de

repensar a metodologia utilizada em pesquisas com a terceira idade. Devem ser tomados cuidados quanto a linguagem a ser utilizada, tanto nos instrumentos de pesquisa, quanto no momento da abordagem e a necessidade de esclarecimentos a respeito do estudo, a fim de que não haja interpretação equivocada, o que pode vir a interferir de forma negativa nos resultados de pesquisas como essa.

REFERÊNCIAS

AÇÃO BRASILEIRA PARA A ACESSIBILIDADE – ABRA. **Acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.acessibilidade.org.br/acessibilidade.htm>>. Acesso em: 13 out. 2007.

AGNES, D. **A Importância do Planejamento para a Prática da Atividade Turística em Áreas de Proteção Ambiental**. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/planejamento.html>>. Acesso em: 03 ago. 2008.

ALMEIDA, R. A. **Roteiros Turísticos para Pessoas com Necessidades Especiais**. Disponível em: <http://www.uspleste.usp.br/machado/rp2005/64/relatorios/relatorio_final_LZT_Regina.pdf>. Acesso em: 04 set. 2008.

ALMEIDA, T. **O “conceito” de “velhice”**. Disponível em: <<http://www.clicklivro.com.br/content/view/6051/26/>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

AME. **Setor turístico está desatento às condições de acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.ame-sp.org.br/noticias/jornal/novas/tejournal64.shtml>>. Acesso em: 01 out. 2008.

ANSARAH, M. G. R. **Turismo: segmentação de mercado**. 3 ed. São Paulo: Futura, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CLUBES DA MELHOR IDADE. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.melhoridade.org.br/Temas.aspx?ChaveParametro=1>>. Acesso em: 11 set. 2008.

ÁVILA, M. A. O lazer ativo como fator de atração turística para a cidade de Florianópolis. **Efdeportes.com/Revista Digital**, Buenos Aires, v. 9, n. 60, mai. 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd60/lazer.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

BARBOSA, J. E. **Viaja Mais Melhor Idade atinge a marca de 8 mil pacotes vendidos**. Disponível em: <http://www.vitrinehotel.com.br/pro_age_rel_alt.asp?modo=ler&ID=10001&tip=Artigos>. Acesso em: 11 set. 2008.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2000.

BRITO, B. D. M. **Os Efeitos da Sazonalidade na Exploração do Fenômeno Turístico**. Disponível em:

<<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=3090>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

BUENO, F. P. **Ecoturismo e educação ambiental**: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. Disponível em: <

https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario_4/arquivos_4_seminario/GT08-5.pdf>. Acesso em: 14 out. 2008.

BURCKHARDT, E. **De bem com a terceira idade**. Disponível em: <

http://veja.abril.com.br/110505/p_138.html>. Acesso em: 30 ago. 2008.

CID, J. F. **Educação ambiental e Turismo**. Disponível em:

<<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/educacaoambiental.html>>. Acesso em: 14 out. 2008.

COELHO, M. A. **Geografia geral**: O espaço natural e sócio-econômico. 3 ed. São Paulo: Moderna, 1994.

CUNHA, C. C. **O Turismo Da Terceira Idade Na Cidade De Balneário Camboriú / Sc**.

Disponível em: < <http://www.webartigos.com/articles/3948/1/o-turismo-da-terceira-idade-na-cidade-de-balneario-camboriu--sc/pagina1.html>>. Acesso em: 14 set. 2008.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2000.

FOLHA ONLINE. **STF derruba liminar que impedia idoso de viajar de ônibus de graça**. Disponível em: <

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113607.shtml>>. Acesso em: 07 set. 2008.

FOLHA ONLINE. **Terceira Idade Responde por 10% das compras feitas com cartão.** Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u316255.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

FROMER, B. ; VIEIRA, D. D. **Turismo e Terceira Idade.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2004. (Coleção ABC do Turismo).

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Idosos são 10% da população mundial.** Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=4726>. Acesso em: 01 jun. 2008.

GUIMARÃES, M. P. **Acessibilidade:** Diretriz para a Inclusão. Disponível em: < <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=2248>>. Acesso em: 13 out. 2007.

IAP. **Planos de Manejo.** Disponível em: <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>>. Acesso em: 08 out. 2008.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>>. Acesso em: 04 ago. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 2004.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/mtexto/pnadcoment1.htm>>. Acesso em: 04 ago. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da População do Brasil: 1980-2050.** Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/default.shtm>. Acesso em: 14 jul. 2008.

JORNAL FUMEC ON-LINE. **A arquitetura em prol da acessibilidade.** Disponível em: <<http://www.fumec.br/jornal/?p=99>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. (Coleção Turismo)

KOTLER, P.; BRANDAO, A. B. **Administracao de marketing** : analise, planejamento, implementação e controle. Sao Paulo: Atlas, 1998.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. 3 ed. São Paulo: Senac, 2001. (tradução: Leila Cristina de M. Darin)

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 1995.

MARI, J. de. **Vovó sai de férias**. Disponível em: <
http://veja.abril.com.br/220300/p_091.html>. Acesso em: 30 ago. 2008.

MARTA SUPLICY LANÇA OFICIALMENTE PROGRAMA VIAJA MAIS - MELHOR IDADE. Disponível em: <
<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/09/04/materia.2007-09-04.8757726163/view>>. Acesso em: 13 out. 2007.

MELO, M. S. de. **Formas Rochosas do Parque Estadual de Vila Velha**. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

OLIVEIRA, A. P. **Maiores de 50 fazem viagem de intercâmbio**. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u3318.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

OLIVEIRA, R. C. S. ; OLIVEIRA, F. S. A atividade física integrando o idoso na UATI. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UEPG, 5., 2007, Ponta Grossa.

PEREIRA, L. A.; PEREIRA, A. V. S.; MORELLI, G. A. S. A importância do lazer da terceira idade: um estudo de caso em Ribeirão Preto. **Efdeportes.com/Revista Digital**, Buenos Aires, v. 11, n. 98, jul. 2006. Disponível em: <
<http://www.efdeportes.com/efd98/tidade.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

PEREIRA, R. J. et al. Contribuição dos domínios físico, social, psicológico e ambiental para a qualidade de vida global de idosos. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-1082006000100005&script=sci_arttext&tIng=pt>. Acesso em: 24 mai. 2008.

PISTOR, C. R. A. T. ; FERRÃO, A. M. A. **Acessibilidade em empreendimentos turísticos**: aspectos de sustentabilidade aplicados à arquitetura rural de hotéis-fazenda. Disponível em: <http://www.faculadescuritiba.br/webmkt/pesquisa/pesquisa_arquivos/publicacoes/turismo/percurso4/artigocassiaeandre.pdf>. Acesso em: 04 set.2008.

PORTELLA, M. R. **A utopia do Envelhecer Saudável nas Ações Coletivas dos Grupos da Terceira Idade**: canais de aprendizagem para a construção da cidadania. 2002, 157 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PNFR0420.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2008.

PROJETO PARANÁ BIODIVERSIDADE. **Trilhas**: Conhecendo a biodiversidade através das trilhas. Curitiba, 2006.

RÁDIO DAS NAÇÕES UNIDAS. **População de idosos vai dobrar no Brasil até 2025**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=3315>. Acesso em: 01 jun. 2008.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. **Indicadores e Dados Básicos - Brasil – 2006**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2006/matriz.htm>>. Acesso em: 25 mai. 2008.

SANSIVIERO, S. ; DIAS, C. M. M. **Hotelaria e Acessibilidade**. Turismo – Visão e Ação, Itajaí, v. 7, n. 3, set./dez. 2005.

SANTOS, A. **Os Impactos Socioambientais do Turismo**: Um problema de Saúde Pública. Disponível em: <http://www.usp.br/nepaids/paper_alessandro.pdf>. Acesso em: 10 out. 2008.

SANTOS, D.B. **3ª idade**: os novos consumidores do Turismo. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/3idade.html>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

SANTOS, G. M. **Normatização da acessibilidade**: novas fronteiras? Disponível em: <<http://hygeia.fsp.usp.br/acessibilidade/cd/atiid2003/artigos/normalizacess.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, mar./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000200027>. Acesso em: 24 mai. 2008.

SENADO FEDERAL. **Estatuto do Idoso**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/relatorios/destaques/2003057RF.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2008.

SENFET, M. D. Lazer saudável na terceira idade. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=73&layout=abstract>>. Acesso em: 18 jul. 2008.

SESC. **Trabalho social com idosos**. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/main.asp?TeamID={3055D256-4C22-40E7-99D6-D4E8EE2D155A}&u=u>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SETOR TURÍSTICO ESTÁ DESATENTO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE. Disponível em: <<http://www.ame-sp.org.br/noticias/jornal/novas/tejornal64.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

SILVA, A. P. M. et al. **Lazer e Turismo**. Disponível em: <http://www.uspleste.usp.br/machado/rp2005/64/relatorios/relatorio_final_LZT_Regina.pdf>. Acesso em: 04 set. 2008.

SILVA, F. S. S. **Turismo e Psicologia no Envelhecer**. São Paulo: Roca, 2002.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio

de Janeiro, v. 15, n. 1, Jan./Mar. 2008. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000100009&script=sci_arttext&tlng=ES>. Acesso em: 04 set. 2008.

SISTEMA BRAILLE. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/sbraille.php>>. Acesso em: 07 out. 2008.

SOUZA, H. M. R. ; JACOB FILHO, W. ; SOUZA, R. R. **Turismo e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. São Paulo: Manole, 2006.

TURISMO VISÃO E AÇÃO GLOSSÁRIO. Univali, ano 2, n. 4, Fev. 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Manual de Normalização Bibliográfica para Trabalhos Acadêmicos**. Ponta Grossa: UEPG, 2005.

VIAJA MAIS MELHOR IDADE RECEBE 2.380 IDOSOS NO SALÃO DO TURISMO. Disponível em:
<http://www.braztoa.com.br/site/noticias_braztoa/conteudo.php?idMateria=218>. Acesso em: 16 ago. 2008.

WAECHTER JUNIOR, D. **Perfil, preferências e motivações da terceira idade em relação a viagens de lazer**. Disponível em:<
<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/pref-3idade.html>>. Acesso em: 07 mai. 2007.

WEINSTEIN, A. **Segmentação de mercado**. Tradução de Celso A .R. São Paulo: Atlas, 1995.

APÊNDICE A – Questionário Teste

Questionário Aplicado aos Voluntários que Participaram do Pré-teste

1. Faixa etária:

- 60 a 64 anos 70 a 74 anos 80 e mais
 65 a 69 anos 75 a 79 anos Prefiro não responder

2. Quais foram as dificuldades encontradas para a leitura de placas e painéis?

- Não encontrei nenhuma dificuldade.
 As placas e os painéis estão mal localizados.
 As letras são pequenas.
 As cores atrapalham a leitura.
 Outra dificuldade:

3. Quais foram as dificuldades enfrentadas no momento das explicações?

- Não encontrei nenhuma dificuldade.
 O vídeo estava com o volume baixo.
 Os monitores falam baixo.
 Os monitores falam muito rápido.
 Outra dificuldade:

4. Quais dificuldades os degraus e as escadas apresentaram?

- Não apresentaram nenhuma dificuldade.
 Degraus muito altos.
 Grande número de degraus.
 Falta de corrimão.
 Outra dificuldade:

5. Quais foram as dificuldades enfrentadas quanto a sua locomoção no Parque?

- Não encontrei nenhuma dificuldade.
 Pouco espaço livre para circulação.
 Falta de sinalização indicando a presença de degraus.
 Percursos muito longos.
 Outra dificuldade:

Agradeço a sua participação!

APÊNDICE B – Questionário de coleta de dados

Questionário Aplicado aos Turistas de Terceira Idade que Visitaram o Parque Estadual de Vila Velha

1. Faixa etária:

- 60 a 64 anos 70 a 74 anos 80 e mais
 65 a 69 anos 75 a 79 anos prefiro não responder

2. O que você acha que poderia ser modificado no Parque para melhorar o acesso às pessoas da sua faixa etária?

a) quanto a leitura de placas e painéis presentes no Parque:

- as letras poderiam ser maiores/local:.....
 a cor das letras poderia ser mais contrastante/local:.....
 as placas e painéis poderiam estar situadas em locais com melhor iluminação/local:.....
 não há necessidade de modificações
 outra sugestão:.....

b) quanto ao atendimento no Parque:

- os atendentes poderiam falar mais alto/local:.....
 os atendentes poderiam falar mais devagar/local:.....
 os condutores poderiam andar mais devagar/local:.....
 não há necessidade de modificações
 outra sugestão:.....

c) quanto a locomoção dentro do Parque:

- poderiam haver mais corrimãos/barras de apoio/local:.....
 poderiam haver menos degraus/escadas/local:.....
 poderia existir sinalização indicando a presença de desníveis/local:.....

 não há necessidade de modificações
 outra sugestão:.....

Agradeço a sua participação!